



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 40

Sessão Ordinária Fevereiro

1.ª Reunião em 26/02/2016

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente António do Pranto Nogueira Leite, Secretariado pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, na qualidade de Segundo Secretário, e a sucedânea Maria Leonor Nunes dos Reis, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva da Silva, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Miguel António Costa da Silva, Anabela de Almeida Saraiva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, António dos Santos Costa, Henrique da Rocha Vieira, Rita Alexandra Monteiro Batista e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta sessão faltaram os Vogais Henrique Manuel Morais Diz e Maria Cristina Regales de Jesus Pires.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Não esteve presente o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Primeira Secretária da Mesa, Maria José Teixeira de Orais Afonso França, pela sucedânea Maria Leonor Nunes dos Reis, e dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Rogério António Gonçalves Cachide, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, e Rita Alexandra Monteiro Batista.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques dos Santos, se fez substituir nesta reunião por Miguel António Costa da Silva.⁰⁰²

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, e João Condinho Vargas, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem do Dia*” para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 24NOV15 a 22FEV16;

Ponto 2. - Apreciação e Votação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Aveiro;

Ponto 3. – Apreciação e Votação da Delegação da Competência Genérica para Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais no Presidente da Câmara;

Ponto 4. – Designação de um cidadão referido na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, para a Comissão Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, no seguimento da renúncia do anterior titular – votação;

Ponto 5. - Apreciação e Votação de Proposta de Recomendação: “O Espaço Público Livre do Carcinógeno ‘Glifosato’”.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das sessões anteriores,⁰⁰³ em tempo, distribuídas por todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 35 – Sessão Extraordinária em Novembro – Sessão realizada em 13-11-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 36 – Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro – Primeira reunião da Sessão realizada em 27-11-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 37 – Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro – Segunda reunião da Sessão realizada em 04-12-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 38 – Sessão Extraordinária em Dezembro – Sessão realizada em 11-12-2015: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 39 – Sessão Extraordinária em Janeiro – Sessão realizada em 23-01-2016: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Continuado, o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ nos termos regimentais deu início ao *Período de Antes da Ordem do Dia*, dando conhecimento dos tempos tipificados no Regimento para cada grupo municipal.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto da *ordem-do-dia*:

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

(Deram entrada na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues Barros e o Presidente de Junta Casimiro Simões Calafate)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁵

“Exmo. Senhor Presidente, Exmos Senhores Deputados. A semana passada ficou marcada pela apresentação, discussão e aprovação na generalidade na Assembleia da República da proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2016.

Uma proposta que para o PCP, não sendo aquela de que o País precisa, abre no entanto a possibilidade, que não deve ser subestimada, de repor direitos e rendimentos, travar parte da destruição e melhorar o funcionamento de serviços públicos, progredir, ainda que timidamente, na taxação dos grupos económicos, resistir às inaceitáveis ingerências por parte da União Europeia.

Um Orçamento que, contrariando o rumo que PSD e CDS impuseram nos últimos anos e pretendiam prosseguir com mais exploração, empobrecimento e declínio nacional, incorpora as medidas positivas já aprovadas, algumas das quais – reposição de salários roubados, reposição dos feriados nacionais retirados, redução da sobretaxa de IRS, descongelamento das pensões, reposição dos complementos de pensão nas empresas do sector empresarial do Estado, aumento ou majoração de prestações sociais do abono de família, do Rendimento Social de Inserção, do Complemento Solidário para Idosos ou do Subsídio por Assistência de terceira pessoa – e abre a possibilidade de discussão e concretização de outras medidas que respondam a legítimas aspirações dos trabalhadores e do povo. Medidas positivas que, com o determinante papel do PCP permitem, concretizar: a redução das restrições à contratação na Administração Pública, em particular na Administração Local; dar um primeiro passo para o combate à precariedade na Administração Pública com o levantamento das situações de contratação precária existentes; o fim da isenção dos fundos imobiliários em sede de IMI; o avanço na redução do IVA para 13% na restauração; o aumento da contribuição do sector Bancário; medidas para uma mais justa tributação dos lucros, nomeadamente com alguma limitação de isenções fiscais e redução dos prazos para reporte de prejuízos; a introdução de deduções fiscais por filhos ou ascendentes em sede de IRS e a actualização da tabela de escalões deste imposto; o alargamento das deduções de despesas por deficiência; a introdução da cláusula de salvaguarda do IMI; a

contratação de médicos de família que estão em falta recorrendo à contratação de 700 novos jovens médicos em formação entre 2016 e 2017 e a contratação temporária de médicos aposentados; a garantia de contratação dos médicos que não tiveram vaga para aceder ao internato; as alterações de sentido positivo relativamente às taxas moderadoras; a contratação de doutorados no Sistema Científico e Tecnológico Nacional sem sujeição a faseamento.

Simultaneamente moveu-se uma campanha nas últimas semanas contra a proposta de Orçamento do Estado, explorando os seus limites e contradições, que são inseparáveis aliás das próprias opções do PS.

Uma campanha que não resulta do chamado interesse nacional ou da preocupação com o rigor e credibilidade das contas públicas e, muito menos, de preocupações sociais em torno dos rendimentos e da carga fiscal sobre a população. Por detrás desta campanha, cuja promoção envolve o PSD e o CDS que se articulam com os interesses dos grupos económicos e com as orientações e estruturas da União Europeia, está, para lá do espírito revanchista de quem viu derrotados os seus projectos para aprofundar a exploração e empobrecimento, o receio dos resultados e do exemplo da própria luta dos trabalhadores e das populações que estão a tornar possível a reposição desses direitos e rendimentos que foram roubados.

O voto favorável ao Orçamento do Estado que o PCP assumiu na sua votação na generalidade «é inseparável da avaliação quanto ao seu enquadramento, desenvolvimento e repercussões políticas e dos elementos positivos que registamos e que, ainda que com um alcance limitado, podem dar resposta a problemas imediatos e a expectativas dos trabalhadores e do povo português.» Mas envolve simultaneamente a determinação e o empenho para que possa corresponder, também em sede de especialidade, o melhor possível a essas aspirações e expectativas onde o PCP, séria e responsabilmente se baterá, entre outras medidas, pela introdução progressiva da gratuidade dos manuais escolares e para impedir o aumento do valor das propinas; melhorar o subsídio social de desemprego; avançar na redução da taxa máxima do IMI; baixar a contribuição dos trabalhadores para a ADSE e para outros subsistemas de saúde públicos; diminuir a carga fiscal às micro, pequenas e médias empresas e aumentar o valor das reformas e pensões; estender a semana das 35 horas a todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo, o PCP não deixará de combater medidas de carácter negativo inscritas no Orçamento.

Concluo. Se há aspecto que resulta da apreciação destes meses, e sem prejuízo dos desenvolvimentos positivos para o povo e o País, é o carácter limitado da actual solução política e a necessidade de continuar a intervir e a lutar para dar cada vez mais força a uma verdadeira política alternativa, a política patriótica e de esquerda que o PCP propõe ao povo português. Tenho dito.”

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[006](#)

“Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores deputados. Este é o primeiro Orçamento em muitos anos que não agravará a austeridade no nosso país. Este será o primeiro orçamento em muitos anos a recuperar rendimentos do trabalho. E isto não é de somenos. É, aliás, uma singularidade na Europa.

O Governo anterior, PSD/CDS, elegeu como seu alvo os trabalhadores e as trabalhadoras. Fizeram-no sempre submissos a Bruxelas e aos interesses do capital. Pôr os rendimentos do trabalho ao serviço de uma dívida ilegítima e odiosa e de uma banca fora de controlo para a qual há sempre dinheiro. Elevaram a pobreza a níveis nunca antes vistos na nossa democracia. A precarização laboral tornou-se palavra de ordem.

Como encontramos o país? No rendimento trabalho menos 5% que em 2010, estado social menos 20%, dívida 33% acima. O que cortou Vítor Gaspar? 700 milhões sobretaxa, 3,7 milhões nos escalões IRS. É esta a herança PSD/CDS, é este caminho que é necessário reverter. Foram quatro anos de constantes inconstitucionalidades.

Este Orçamento é diferente porque respeita a Constituição. Repõe salários, acaba com os cortes na administração pública, elimina a sobretaxa para 99% dos contribuintes.

Ainda assim Bruxelas piorou este Orçamento, nomeadamente ao obrigar à retirada de um benefício aos trabalhadores que ganham menos de 600 euros/mês.

Como se sabe este não é Orçamento do Bloco de Esquerda. Mas o compromisso do Bloco para com as pessoas está presente neste Orçamento. Todas as pensões até aos 620 euros são atualizadas e as pensões mais baixas reforçadas com complemento solidário para idosos.

Para o Bloco, a redução da fatura energética das famílias é uma prioridade para introduzir justiça na economia, para combater a pobreza energética. Atualmente nove em cada dez famílias, ainda que cumpram os requisitos, não têm acesso a esta tarifa. Pretendemos que a Tarifa Social de Energia seja automática para um milhão de famílias, para qualquer família que passe no crivo das condições de acesso a esta tarifa. Esse objetivo foi inscrito no acordo com o PS e tudo faremos para que seja uma realidade o quanto antes. Nos últimos anos enquanto acumulava lucros astronómicos a EDP dificultava o acesso à tarifa social a quem a solicitava e chegou a ser multada por isso. Agora está na hora de contribuir para dar algum alívio a quem mais precisa.

Este é o Orçamento que devolve salários e representa um ganho de 700 milhões de euros para as famílias; que repõe as 35 horas de trabalho; que apoia mais os idosos e as famílias com ascendentes e descendentes a cargo; que reduz as taxas moderadoras que a direita mais que duplicou.

Alguns caminhos se começa a fazer com este Orçamento, como o fim das isenções do IMI para os Fundos Imobiliários — matéria pela qual o Bloco de Esquerda há tanto se batia. É uma matéria de justiça na economia e por isso, questiono diretamente o Senhor Presidente da Câmara: informe esta Assembleia e a população sobre quanto dinheiro é que a autarquia ganha com esta medida.

Este é o primeiro Orçamento em 15 anos a não conter privatizações. O Orçamento trava o ímpeto austeritário e combate a pobreza. Ou seja, faz o inverso do PSD e CDS. Mas ainda é insuficiente para responder à destruição de riqueza que a direita provocou.

O caminho da recuperação dos rendimentos e de reforço do estado social é para continuar. O PSD e o CDS são coerentes. Votam contra este Orçamento porque é um orçamento que repõe rendimentos e que valoriza o trabalho.

Este orçamento é importante para romper com a governação da direita e com a sua visão de que a cada ano a classe trabalhadora tem que viver pior.

Melhora a vida das pessoas. É um grande passo. Mas para essa caminhada são necessárias medidas concretas como a renegociação da dívida e acabar com as parcerias público-privadas. E o Bloco estará na frente dessas lutas e na construção de maiorias sociais para um governo de esquerda que responda aos ensejos da população.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[007](#)

“Eu queria sublinhar o momento alto (pode isto parecer estranho do meu normal alinhamento) mas eu gostaria de sublinhar que estamos a viver um momento alto de

cidadania com esta questão da aprovação do Orçamento e com os diálogos que se estão a estabelecer – pois isso é o cerne da Democracia.

Temos no país hoje um Governo liderado por um partido que não ganhou as eleições (sendo que como partido pode até ter ganho porque o CDS e PSD concorreram em coligação) mas não é este o aspecto que eu queria sublinhar. O aspecto que eu queria sublinhar era o momento em que as medidas se tomam no âmbito e pelo processo do diálogo. Das ideias e das várias facetas e das várias sensibilidades políticas que fazem maioria. E isto em contraponto com o que se passa aqui nesta Assembleia. E é por isso que eu acho o momento alto que não é o mesmo que é vivido em Aveiro.

Hoje em Aveiro temos alguém que foi eleito, mas que exerce o poder de uma certa forma como de ditadura. É mesmo assim! É a ditadura legitimada pelo voto, mas sem auscultação. Eu digo legitimada, não quero dizer que seja incorreta, mas não é seguramente do meu agrado.

Gostava que tivéssemos aqui também uma Câmara, um executivo, em que fosse necessário obter consensos. Ir à procura daquilo que era útil a este ou aquele munícipe e ou àquela coletividade e não as medidas serem tomadas de uma forma exclusiva, imposta, de que é espelho aqui este Regimento que a todos permite a palavra, mas às minorias não permite – é verdade isso. Nunca isso aconteceu em Aveiro.

Acontece com este princípio e isto de certa maneira não nos pode agradar enquanto cidadãos. Portanto eu gostaria de sublinhar este aspecto importantíssimo.

Estamos a viver um momento bom. Não quer dizer que eu concorde com as medidas políticas, mas são tomadas de acordo com a opinião do maior espectro possível e é isso que é importante e é isso que releva para no meu entendimento em Democracia.

Mas trazendo agora aqui para Aveiro dizer que, me preocupa a situação do património imobiliário de certa maneira descuidado. E gostaria que as organizações instituídas, designadamente o município, que importasse para Aveiro ou adotasse para Aveiro, para a recuperação do Património. Passamos aqui na Avenida e do ponto de vista das construções existentes, estão seriamente degradadas. Isto é um assunto que não consta da Comunicação do Senhor Presidente, mas nós temos de chamar a atenção neste período de antes da ordem do dia para introduzir algumas questões que são pertinentes para Aveiro.

Também ainda neste âmbito chamar atenção daquele edifício ali no gaveto da Avenida com a Oudinot. Preocupa-me essa situação e preocupa-me que ainda não tenha havido antes a capacidade de lhe dar solução, nem agora, que é uma coisa extremamente urgente. É uma perda para a cidade, não nos lisonjeia, não lisonjeia a cidade, dá uma imagem a quem chega de fora e alguém visita a cidade por múltiplas vezes e que encontra aquele edifício este ano, daqui a três anos, e tal, parece ato eterno. E não se vê notícia do executivo que o assunto esteja em via sequer de solução. Para já era o que tinha a dizer. Muito o brigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁸

Vogal Jaime Vinagre (PS)⁰⁰⁹

Vogal Anabela Saraiva (PS)⁰¹⁰

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹¹

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Apenas algumas notas prévias para dizer o seguinte. Primeiro para me regozijar e o PS, pelo momento que foi o primeiro na história democrática do país, a aprovação obviamente do Orçamento de Estado. É algo que se deve saudar porque é inédito e porque representa de facto um avanço no sentido do entendimento das esquerdas. E eu acho que isto é salutar para a democracia. Acho que

devemos esperar agora pela execução orçamental, agora que está aprovado na generalidade o Orçamento. Recordo ainda que o Orçamento terá ainda centenas de votações na especialidade. Aliás, a estratégia do PSD para essa matéria do meu ponto de vista é questionável porque já anunciaram que não aprovarão nenhuma e, portanto, estarão dissociados da discussão na especialidade deste Orçamento. O que do ponto de vista da discussão política para se tentar obter um documento o melhor possível me parece um erro. Mas enfim o PSD e a sua Direção responderão por isso. Mas seguramente a discussão ficará menos rica em virtude dessa decisão tomada.

Eu como dizia, a execução orçamental é o que vai ser decisivo. Janeiro já trouxe boas notícias em relação a essa matéria, esperemos que os meses que se sucedem possam ter também boas notícias. Isso é bom para Portugal.

Em relação aos comentários que já aqui foram tecidos fico um pouco pasmado! O Orçamento como sabem ainda só foi aprovado na generalidade e fico espantado para perceber como é que o Orçamento já põe em causa a “autonomia do Poder Local” se ainda está tudo em discussão. Tenho também dificuldade em perceber o argumento de que as esquerdas devem revogar a Lei FAM!? Eu espero que de facto o governo do PS mexa nisso. Mas também pasmo em que se encha a boca dizendo que a Lei é má e que ela deva ser revogada, sendo que os seus promotores, ainda não há meia dúzia de meses atrás eram governo, e não se conhece nenhuma proposta de alteração na Assembleia da Republica para a melhorar.

Portanto, invocar que a Lei é deficiente, mas não concretizando na prática essa observação, parece-me que do ponto de vista político é só para aparecer bem. Porque verdadeiramente não têm nada para dizer sobre essa matéria.

Queria também aqui deixar uma nota que me apreço importante para Aveiro e para a região que diz respeito na agenda política da questão da ferrovia. Isso foi uma matéria que, embora não queira fazer agora história disso, mas foi uma questão que o governo Sócrates tinha já estudado e tinha feito alguns avanços. Alguns que até suscitaram discussões bem interessantes nesta Assembleia Municipal em virtude dos traçados do TGV. Provavelmente isso terá tanto ou mais interesse para Aveiro pois tem a ver com a ligação ao porto de mar que nós temos e a sua ligação à Europa.

Aparentemente há uma vontade política forte em relação a essa matéria. Estou em crer que o Ministério do Mar e o das Infraestruturas têm vontade política e já o colocaram na agenda, para começarem a desenvolver e a recuperar algumas das ideias que já estavam plasmadas do anterior governo socialista e que o anterior governo parou. E eu acho que são boas notícias. Aliás, as autarquias que estão na linha para, enfim, da A25 se quiserem, estarão seguramente mobilizadas e as respectivas comunidades intermunicipais mobilizadas em poder ajudar o governo a começar a mover este projeto, porque isso é seguramente muito bom para o nosso porto e para a economia da região e do país. Portanto queria deixar esta nota de saudação e dizer que devemos estar atentos a esta realidade e participar de forma profunda e interessada nesta discussão. Para já é só. Obrigado.”

Presidente da Mesa⁰¹²

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹³

“Obrigado Senhor Presidente. Saudar a Mesa, a digníssima Câmara e os colegas presentes. A minha intervenção tem a ver com uma das cheias de cinquenta anos que mais uma vez aconteceu no Vouga. E com o que levou á frente. Queria tecer aqui alguns comentários e se possível levar daqui algumas respostas para as gentes do Baixo Vouga.

Senhor Presidente, as margens direita e esquerda, mas sobretudo a direita a partir da ponte da N109 até à foz do Vouga, se não estão totalmente destruídas estão praticamente destruídas. Sobretudo a zona entre a ponte da linha do norte e a ponte do Outeiro está extremamente danificado. E aqui neste percurso que eu estou a referir entre a ponte da linha do norte e a ponte do Outeiro tem vários cortes. E estes cortes vão-se refletir sempre que a água suba em todo o Baixo Vouga lagunar até Estarreja, como ainda agora aconteceu durante a cheia. Portanto é importantíssimo que este assunto seja resolvido.

Entendemos nós que, atendendo à omissão e inércia do Poder Central para atempadamente ocorrer a estas situações, seria interessante que no âmbito da CIRA as Câmara se unissem, pelo menos as que estão territorialmente abrangidas e tornassem possível a defesa desta zona que está a ficar em risco.

É muito importante que esta reparação se faça, não pondo em causa que haja depois uma intervenção mais profunda de modo a que novas cheias sejam minimizadas com estruturas que venham a ser construídas.

Portanto temos a esperança que a Câmara de Aveiro, o Senhor Presidente como também é responsável pela CIRA, se empenhe na resolução desta grave situação dos problemas que existem no Baixo Vouga.

Tive nos últimos dias informação que veio do governo, de que não têm conhecimento de qualquer prejuízo na zona do Baixo Vouga e que portanto não estão a prever qualquer intervenção no Vouga. Gostaria também senhor Presidente de saber se isto é verdade. Era muito importante que isto fosse clarificado.

Também gostaríamos de saber qual o ponto de situação dos investimentos no Baixo Vouga e também na Ria no âmbito do programa 20-20? Saber o que foi previsto para que finalmente esta zona seja defendida da desgraça que desde o ano 2000, sobretudo os governos do partido socialista nos brindaram, como seja a eliminação da JAPA e a constituição da APA e deixar toda a zona da laguna ao deus-dará. Seguindo depois pelo abandono do projeto agrícola do Vouga. Portanto esperemos Senhor Presidente que os investimentos previstos no âmbito do 20-20 também, porque o Partido Socialista está no governo, também não vá ao ar. É importante que esta questão seja debatida e que tenhamos agora força e que alguns partidos que levantaram a questão do abandono que o Baixo Vouga e a Ria estavam pelo Poder Central, agora que estão no governo possam ajudar a resolver esta situação. Obrigado.”

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰¹⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

“Três questões para abordar neste ponto. A primeira referente ao Orçamento do Estado. No que respeita às autarquias locais o Orçamento do Estado tem uma componente muito positiva e uma componente negativa. A componente muito positiva são um conjunto de alterações muito positivas para se terminar com um conjunto de espartilhos legais de limitações à gestão autónoma dos Municípios Portugueses. São vários os aspectos com elevada relevância dos quais eu destaco o fim da consignação das receitas, nomeadamente uma muito criticada por nós, autarcas, que é o fim da consignação da receita do acréscimo de IMI proveniente das reavaliações de dois mil e doze. Isto termina e terminam outras. No que respeita a um conjunto de matérias ligadas à autonomia, desde o PEC I, desde o segundo governo do Eng. Sócrates até ao Governo anterior, foram inúmeras aquelas que se produziram, cerca de oitenta por cento das mais

importantes terminarão com a entrada em vigor desta proposta de lei, o que é um dado positivo.

Dado negativo e surpreendente é a parte financeira. Por muito importante que seja a autonomia a parte financeira é o instrumento chave para fazermos coisas. Tínhamos recuperado o cumprimento das finanças locais em dois mil e quinze, a lei das finanças locais não era cumprida há muitos anos e começou, finalmente, a ser cumprida em dois mil e quinze. Usando a famosa regra travão, o Governo de então e a maioria parlamentar não permitiram que a aplicação das transferências do Orçamento do Estado fosse linear no que respeita ao crescimento dos três impostos que alimentam os Fundos – IVA, IRS e IRC – porque ela era muito alta, era de dezassete por cento face a dois mil e catorze, mas permitiu o crescimento usando a chamada regra travão. A Lei das Finanças Locais que ainda está em vigor tem uma regra que é usada consoante a decisão do gestor que, no caso de haver subidas excessivas ou descidas excessivas, o Governo, que é quem propõe o Orçamento, e a Assembleia, que é quem o aprova, podem usar a regra travão para impedir que haja, de um ano para o outro, crescimentos muito fortes ou decréscimos muito fortes. O que o Governo, no ano passado, fez foi usar a regra travão que limita o crescimento a cinco por cento. Portanto, tivemos um crescimento de cinco por cento. Este ano inventou-se uma regra de um vírgula dois por cento, portanto a decisão do Governo foi a de não haver cumprimento da Lei das Finanças Locais, o que é inaceitável para os municípios portugueses e inventa-se uma regra de um vírgula dois por cento de crescimento, aplicando essa regra a todos os municípios. Como sabeis, a conta que está na Lei das Finanças Locais é uma conta que diferencia os crescimentos. Quando nós falamos de crescimento de cinco por cento, no anos passado, depois quando se aplicou o crescimento a cada município aplicou-se a equação e houve municípios com zero e houve municípios com cinco por cento. Houve municípios dentro de todo o intervalo. Agora não, o Governo inventa uma regra nova que foi um vírgula dois por cento para todos. E um vírgula dois por cento porquê? Ainda hoje não conseguimos obter resposta a esta pergunta, mas aquilo que vamos exercitando, embora sem respostas clara de sim ou de não, é que o valor é este porque este é o valor da inflação prevista. Portanto, a única coisa que o Governo faz, sabe-se lá se foi por sua decisão, sozinho, ou por imposição de Bruxelas, mas é a única proposta que temos em cima da mesa, foi fazer um aumento que anula a perda que se tem quando há inflação. É uma crítica grave. Além do crescimento que tínhamos tido no ano passado, o balanço total do deve e haver da conta dos impactos das decisões dos orçamentos sobre as contas municipais foi positivo na comparação de dois mil e catorze para dois mil e quinze e, agora, na comparação de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis esse balanço financeiro de todos os impactos é negativo. Isto é surpreendente, tem o protesto dos municípios; está claro no documento que a Associação nacional de Municípios apresentou e a posição política que tomou. Temos um Orçamento com estas duas vidas: uma vida muito positiva nessas melhorias dos normativos legais sobre a autonomia, a vários níveis; e negativo e surpreendente no que respeita à componente financeira.

Quanto ao FAM o Dr. Marques Pereira anda muito mal informado, embora seja estranho, agora que vive também por Lisboa, andar tão mal informado, é grave. De facto, desde o dia onze de Fevereiro o Governo e a Assembleia da República, o seu Presidente e todos os Grupos Parlamentares têm uma proposta dirigida à Lei do Orçamento do Estado, embora a proposta diga que pode ser usada a outra figura de alteração específica à Lei FAM precisamente para resolver um conjunto de patologias que estão referenciadas. Nomeadamente, a única decisão do Tribunal de Contas sobre o Programe e está lá uma proposta que está a ser analisada e debatida. Ainda ontem, na audição parlamentar da ANMP com as duas comissões de Ambiente e Poder Local e a de

Orçamento e Finanças falámos sobre isto, aliás fui eu próprio que fiz a intervenção em nome da ANMP sobre essa matéria específica do FAM complementando a intervenção do nosso Presidente, Manuel Machado, para apelar à Assembleia da República que resolva o problema porque, de facto, temos um problema. Aquela Assembleia da República já aprovou duas leis, uma publicada em Setembro de dois mil e treze e outra publicada em Agosto de dois mil e catorze, e os cerca de vinte municípios que precisam deste instrumento na sua plenitude, porque é bom lembrar que em várias facetas da lei já a usamos, ainda não usaram a Lei na globalidade. Apelámos à Assembleia da República, ainda por cima cuja composição é nova, para que resolva este problema legislando bem e depressa. Aliás, até houve uma Deputada do Partido Socialista, minha estimada amiga e ex-Presidente de Câmara, portanto conhece muito bem estas coisas, que disse «Oh Sr. Presidente o ideal é fazermos uma reforma legislativa». Eu respondi «Sra. Deputada é verdade, subscrevo o ideal, só que na vida o ideal é uma referência e aqui a questão é o dia-a-dia». Portanto, é urgente que haja decisões que possam ter aplicação prática para os tais vinte municípios que têm uma situação grave, que incumprem a lei, que arriscam um conjunto de situações nos seus funcionários e nos seus eleitos. É muito importante que a Assembleia seja objectiva, pragmática e rápida na resolução do problema. E quanto ao ideal vamos lá embora tratar do ideal, fazer uma reforma legislativa profunda como o Governo já assumiu, mas como o Governo também já assumiu ela é só para ser publicada em meados de dois mil e dezassete e entrar em vigor até ao final desse ano de dois mil e dezassete. Esta é uma circunstância muito objectiva e ontem foi tema da audição parlamentar onde tive o privilégio de participar.

Segunda questão em relação à ligação Aveiro-Salamanca pedindo a todos um estudo da matéria, em profundidade, um trabalho intenso e cuidado, um loby político a favor dos interesses de Portugal e os interesses de Portugal exigem uma ligação a Espanha e à Europa nesta zona centro-norte do país onde se fazem setenta e cinco por cento das exportações portuguesas que seja competitiva e aquilo que está em cima da mesa não é isso. Nós não temos uma proposta de solução que garanta a competitividade. Nós agora em vez de um vamos ter duas linhas, em termos políticos é excelente, estamos todos muito satisfeitos, mas essa não é a questão. A ligação a sul está em obra, vai ter bitola europeia, está em obra do lado português e do lado espanhol, está assumido por todos os governos. A ligação centro-norte não está assumida do lado espanhol e seguindo o caminho que está apontado, porque há muito trabalho para fazer e é aí que estamos concentrados, a linha não é competitiva, a linha não serve para aquilo que é precisa. E a questão aqui não está em quanto custa. Nós não vamos fazer uma obra de seiscentos milhões só porque seiscentos milhões é mais barato que mil milhões. Não, nós vamos fazer uma obra que tenha um custo que seja sensato e que tenha uma utilidade com consequência para que a nossa economia ganhe competitividade. Para mais nada porque de resto já sabemos que não é a conquista de passageiros neste troço Aveiro-Salamanca, seja ele mais por baixo ou mais por cima, que viabiliza esta operação. Esta operação é viabilizada por ganhos de competitividade para as nossas empresas, nomeadamente as do centro e do norte do país que são responsáveis por setenta e cinco por cento das nossas exportações. Portanto, chamo a atenção de todos que este é um dossier muito importante, é um loby que exige toda a nossa atenção, toda a nossa dedicação, não mandem foguetes porque não há festa, há muito trabalho para fazer, há muito loby para cuidar, com uma diferença: a ligação a sul está em obra, a ligação centro-norte tem um ípsilon e nem estudos de base estão feitos quanto mais projectos ou quanto mais obras. Muita atenção a Portugal porque isto não é importante para Aveiro, para Viseu ou para Salamanca, isto é muito importante para o nosso país, cuidado com as opções que estão a ser tomadas a nível portuário, nomeadamente as decisões que estão a ser tomadas com

alguns indicadores muito preocupantes sobre o desfalecimento de Leixões e o fortalecimento de Sines. Qualquer dia o país parece um navio em que o Norte é a proa e o Sul é a popa e ele vai a aproar porque o país está cada vez mais concentrado em Lisboa, cada vez mais centralizado, e nós não podemos aceitar isto, isto é mau para Portugal, é mau para os portugueses. Nós somos portugueses e temos que defender o nosso país. É isto que está em causa. Devemos ter uma dedicação de alma mais forte porque está também em causa a nossa relação com a nossa região, com as nossas empresas que são muito importantes para a nossa vida. É um dossier muito importante ao qual temos que manter toda a nossa intensidade e toda a nossa atenção e toda a dedicação, deixando os foguetes para a festa quando ela começar mesmo. Aí cá estaremos todos a foguetear e a bailar nessa festa.

Terceira e última nota sobre as cheias. O Presidente Calafate falou e falou bem. Dizer-lhe, meu Presidente, que não precisamos de começar trabalho nenhum, está terminado o levantamento sobre os danos da anterior intempérie e na próxima semana teremos uma equipa técnica das três câmaras envolvidas, Aveiro, Estarreja e Albergaria-a-Velha, e da Agência Portuguesa do Ambiente para se fazer a actualização desse levantamento porque houve danos complementares, os que referenciou e o Presidente João Morgado ainda recentemente enviou um trabalho a complementar um trabalho que já tinha mandado há duas semanas. Portanto, estamos particularmente atentos e pressionantes para que os projectos se façam rapidamente para que a nossa dotação financeira, que já está pré-negociada, seja aumentada porque vamos precisar de mais dinheiro do que aquilo que estava perspectivado e, na altura de fechar a afectação financeira, que nós possamos ter o apoio de quem manda no dinheiro que é o Governo. Vamos recorrer ao Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos e vamos, eventualmente, recorrer, porque falou-se mas ainda não há mais do que palavras muito pouco objectivas, sobre a possibilidade de haver um aviso específico em sede de TOSEUR para financiar certas tipologias de danos causados pelas intempéries. Depois agradeço ao Presidente Calafate que no fim da reunião me diga a fonte do Governo que lhe chegou ao ouvido e que não sabe de nada porque não lhe chegou nada porque será, seguramente, uma má fonte porque está a trabalhar connosco a Agência Portuguesa do Ambiente, todos os dias, e felizmente, além do mais, devo dizer-vos que funciona bem. Obviamente, a Agência Portuguesa do Ambiente está na dependência directa da estrutura do Governo e, portanto, estamos a trabalhar como equipa. Embora isso possa ser um governante mal informado, que acontece, ou mal intencionado, que não deve acontecer. Peço apenas que depois, em privado, partilhe comigo essa informação para ajudarmos o governante a estar bem informado porque um governante mal informado é um perigo para a nação e temos que diligenciar no sentido de minimizar semelhante perigo patriótico.”

Ponto 1. – Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 24NOV15 a 22FEV16.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁶

“Muito Obrigado. Dizer que este foi um período rico e diverso. É verdade que também foi longo, são quase três meses de referência nesta informação sobre a actividade municipal.

Tenho que destacar duas ou três matérias. Uma tem sido muito observada no debate político, na atenção de todos nós, como não pode deixar de ser, e, por isso, também a assumimos como primeiro ponto desta informação e que é o que se passa com o nosso Programa de Ajustamento Municipal. Não tanto para repetir o que já está escrito mas apenas para complementar. Nós estamos com o recurso a ser tramitado, foi entregue no dia doze de Fevereiro. Estamos também a prepara e a finalizar o quadro de medidas extraordinárias que vamos, formalmente, aprovar e implementar durante o próximo mês de Março. Estamos também a tomar um conjunto de medidas para gerirmos este período entre a recusa do Visto e o Visto do nosso Programa. É uma matéria muito importante. Abriu-se também a frente que há pouco referenciei com a Assembleia da República e com o Governo, procurando usar, preferencialmente, a Lei do Orçamento do Estado, se não uma alteração pontual e de urgência à Lei FAM para tratar de clarificar as duas matérias que, por diferença de interpretação entre o Tribunal e nós todos, Câmaras, FAM e Governo, provocou a nossa recusa; temos essa circunstância em curso. Portanto, é uma matéria muito importante e mantemo-la na linha de prioridade de todo o nosso trabalho, mas segue o caminho normal. E nesse caminho normal este foi um período de lançarmos importantes concursos para importantes obras, desde, a mais importante, hoje, em termos rodoviários, que vai ser a nova variante de Cacia que vai fazer a nova relação entre a área industrial da Portucel e a área urbana; um conjunto de intervenções que são parte de um todo, até ao final de Março terá todos os concursos lançados de qualificação urbana das zonas mais centrais da nossa cidade, no sentido alargado; e a nossa estimada rotunda do BotaFogo que está claro para nós que será a melhor solução técnica de todas aquelas que foram ponderadas e será a primeira de seis intervenções que vamos executar na Estrada Nacional 109, tratando das seis piores patologias que a via tem, com uma garantida de que três dessas seis entrarão em obra até ao Verão, três das outras seis têm ainda trabalho para ser desenvolvido em termos de projectos e uma delas de licenciamento para podermos assumir a data, ou pelo menos a época, da entrada em execução. Portanto é uma frente muito importante, é uma das frentes onde podemos trabalhar legalmente porque estamos dentro dos serviços públicos essenciais. Esta é uma atitude intensa, activa, que estamos a desenvolver ao mesmo tempo que, esperamos agora um tempo com menos chuva para que a nossa pavimentadora regresse em pleno ao trabalho porque mantemos um plano muito intenso de trabalho para a nossa pavimentadora com intervenções de menor dimensão, mantendo a política de gestão que já referenciei noutros momentos na Assembleia Municipal.

Depois foi tempo de festa e de festas com diversas actividades na área da cultura, na área da juventude, na área dos seniores, na área do turismo, obviamente com bandeira posta para as Boas Festas em Aveiro que foi um bom evento, que foi um excelente evento, nas suas duas componentes: a tal Passagem do Ano e S. Gonçalinho. Estamos já a preparar o evento de dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, com uma reforma mais profunda e com um investimento mais intenso para qualificarmos esta aposta que já a temos num patamar muito positivo mas que queremos vê-la crescer. É esta interação intensa sobre as várias componentes da nossa actividade, da nossa governação, que foi feito neste período, nestes três meses, e que foram fundamentais para que nós prossigamos a execução de um ano de capital importância para a estabilização da reforma na nossa Câmara Municipal, sendo que a organizativa está garantida e vai em

curso, e aí destaque para a adjudicação da concessão dos transportes, momento de capital importância a vários níveis para o nosso Município para elevarmos a qualidade do serviço que prestamos e para pouparmos um milhão de euros por ano e iniciarmos, ainda este ano de dois mil e dezasseis, a obra do Centro Coordenador de Transportes para a ativarmos no início do próximo ano. Também aqui a reforma vai dando resultados embora quiséssemos assinalar com simbolismo o fim definitivo e pleno da primeira empresa municipal que foi a TA, a Teatro Aveirense ex-Limitada porque ela já deixou de ser limitada porque as suas ações já são a cem por cento da Câmara há uns tempos. Está já feita a escritura, registada e acabou a TA.

Proseguimos o nosso trabalho, mais do que cumprindo um compromisso de acabar com todas as empresas municipais, cumprindo um acto de sanidade gestionária cumprindo a lei que está em vigor desde dois mil e doze, baixando os nossos custos de contexto aumentando a nossa capacidade de gerir e prestar serviços com muito mais qualidade para com os nosso concidadãos.

Portanto, entendemos que este foi um momento muito importante, a súmula está feita no documento e, obviamente, estarei ao dispor para as questões que queiram colocar e na resposta darei nota das questões colocadas no período de Antes da Ordem do Dia e que respeitam à nossa actividade municipal.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰¹⁷

Presidente da Mesa⁰¹⁸

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁹

“Senhor Presidente, em relação ao chumbo do PAM pelo Tribunal de Contas, dissemo-lo aqui na última Assembleia Municipal “a Câmara estava a pedir dinheiro a mais”. Não para pagar dívidas mas para fazer recapitalização da própria Câmara.

Bem pode dar as voltas que quiser Senhor Presidente. A Lei Fam não deixa margem para dívidas – o dinheiro emprestado tem de ter um único propósito de pagar dívidas.

Por isso é que a Câmara começou por pedir 89 milhões e meio, depois baixou para 82 milhões, depois para 79 milhões e finalmente para 72 milhões e meio – e mesmo isso foi rejeitado. Agora Aveiro tem austeridade imposta para nada! Mesmo com a vinda do dinheiro do FAM continuará a ser muito pouco. Diz o próprio Tribunal e Contas que o Plano da autarquia não demonstra como é que se vai reduzir essa dívida.

Outra questão, prende-se com os empréstimos à banca. Também aqui o afirmámos na última sessão – está por comprovar o propósito desta lei.

Se o problema é o endividamento da autarquia e se o Senhor Presidente o que propõe é criar mais dívida, quer seja pelos encargos, quer seja pelo prolongamento de prazos dessa mesma dívida, como é que vai resolver o problema?

O Bloco de Esquerda sempre afirmou que a solução apresentada pela direita é uma Troika Municipal. Impostos e taxas municipais no máximo e menos serviços públicos e privatizações a qualquer custo. Lamentavelmente agrava as condições de vida, mas não resolve os problemas dos aveirenses ou sequer da dívida. Insistir no erro parece-nos inconsequente.

O chumbo do FAM pelo Tribunal de Contas foi uma derrota de Ribau Esteves e deste Executivo. O Presidente da Câmara sempre disse que Aveiro seria o primeiro município com o FAM aprovado “sem espinhas” porque o próprio tinha participado na elaboração da Lei.

Senhor Presidente, a auto efabulação da sua grandeza pouco adianta aos aveirenses. A posição do Bloco é clara. O FAM não serve. A austeridade tem de ser travada. É

necessário uma alternativa. Neste sentido este chumbo abre a possibilidade de mudança de rumo e esperemos que não haja a teimosia de percorrer o mesmo caminho que não leva a lado nenhum.

Em relação à concessão da MoveAveiro. É com a maior preocupação que o Bloco de Esquerda vê esta privatização. Uma privatização ao estilo Passos/Portas. O grupo Transdev só teve de se sentar e esperar que o negócio fosse apetecível — Ribau Esteves não desapontou.

Consideramos a privatização prejudicial para o interesse público. A autarquia irá pagar uma renda milionária ao privado, maior ainda que a prevista do primeiro concurso. O resultado é a deterioração do serviço. A população já o sente porque já antes o PSD e o CDS atribuíram quatro linhas (as mais rentáveis) de borla e sem concurso público à Transdev. Eliminaram-se carreiras. Transformaram-se rotas pendulares em circulares, aumentando os tempos de deslocação.

O Bloco no devido tempo apresentou propostas para a intermunicipalização da MoveAveiro e para que recebesse indemnizações compensatórias do Estado como as que existem em Lisboa e Porto. Infelizmente PSD/CDS e PS rejeitaram esse caminho.

A MoveAveiro é essencial ao serviço público e à mobilidade em Aveiro — defendemos que continue na esfera pública.

Em relação à Habitação Social o Bloco considera que o Regulamento Municipal da Habitação Social é um ataque aos mais pobres. Aumenta rendas e promove despejos. Por isso votámos contra. Fomos aliás os únicos nesta Assembleia.

E fazemos agora outra denúncia. A Câmara está a verificar que quem têm cães de raça perigosa nos bairros sociais está a tentar retirá-los e a coloca-los num canil.

O Senhor Presidente confirma esta realidade? Queira explicar porque é que aos moradores destes bairros não se aplica a Lei da República e os direitos que a mesma confere a todos os cidadãos, nomeadamente besta matéria. E fico-me por aqui.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

“Disse o Senhor Presidente que esta Comunicação é vasta e importante. Estou de acordo com o que disse o Senhor Presidente nesta medida.

Bom, comecemos pelo PAM. O Senhor Presidente mostra-se um tanto agastado com a atitude do Tribunal de Contas! E eu devo dizer-lhe que não partilho dessa opinião. Acho até que o Tribunal de Contas está a ser o defensor dos desmandos que esta Câmara está a ter na ampliação da dívida. V. Exa diz que é preciso atender aos serviços essenciais e eu recorde-lhe que o FAM veio para pagar a dívida, para pôr o Passivo em ordem. Para pôr a relação entre o Passivo e as Receitas, num determinado período, em ordem. E isso não acontece com este PAM.

E eu respigo deste PAM o seguinte, por exemplo: quando V.Exa transforma neste PAM a dívida da REFER, que estava aprovada pagar, que era de doze milhões de euros em catorze milhões e encurtando o prazo, problema que eu já aqui coloquei porque me colocou alguma estranheza, V.Exa está a ampliar a dívida. Eu não creio que queira ser benemérito para a REFER – não creio. Creio é que há por trás dessa ampliação do montante da dívida e encurtamento do prazo (o que é estranho), com todo o respeito, é uma manobra para fazer alguma obra, eventualmente, financiada pela REFER. Portanto não é propriamente para pagar a dívida dela.

Eu já lhe fiz essa questão aqui e V. Exa disse “ah, sabe, é muito complicado”. E o FAM defende-nos disso porque poupa os aveirenses do aumento de uma dívida e do encurtamento de um prazo.

Mas num outro momento, quando o Senhor Presidente considera que o Tribunal de Contas, pelo artigo 38.º não lhe permite ampliar o prazo da dívida e o montante dos juros, está a fazer bem. Está em defesa dos interesses dos aveirenses. Porquê? Porque V. Exa quando aumenta os juros está a puxar-nos mais da algibeira para os aveirenses pagarem. E quando aumenta o prazo, também.

Portanto valha-nos o Tribunal de Contas, aos aveirenses. E penso que vai valer-nos também (com todo o respeito novamente), e isto vai também para os partidos políticos que estão neste momento a pensar conter a cláusula de salvaguarda, ao situar a taxa máxima do IMI em 0,4%. Digamos “valha-nos São Gerónimo, neste caso, se isso vier a acontecer.”

Portanto, tudo o que o FAM diz e que V. Exa não concorda, eu devo dizer que eu estou de acordo. Tudo o que o Tribunal de Contas diz na sua decisão que não aprovou este PAM, em que não deu visto favorável, objectivamente é a nosso favor.

Transportes no que refere a Comunicação, acho positivo que isso aconteça. Esta medida de uma transferência para uma empresa é positivo neste aspecto. É uma medida que poupa um milhão e duzentos mil euros ano. Era um problema que a Câmara tinha e deixa de ter. Mas porventura vamos ter outro! Porque não sei se a Câmara garante com esta transferência dos transportes as necessidades. Nós queremos os transportes para nos transportarem. Transportes que gerem o mínimo custo possível à autarquia, mas que satisfaçam as necessidades dos utentes. E a questão que é se esta concessão garante este aspecto? Não me pareceu no contrato que V. Exa aqui trouxe. Se for apenas para manter a rigidez das carreiras existentes e não satisfazer as necessidades dos munícipes, então pode riscar os transportes e acabar com eles.

Rotunda do Bota-fogo. Finalmente!? Finalmente dá um rasgar de simpatia por essa rotunda. Mas ainda é só ao nível da formalidade. Dá impressão que é para conter alguma crítica que possa haver. Na minha modesta interpretação esta referência na Comunicação é uma medida de cariz meramente política. Política não porque isso é a arte de governar. É uma medida politiqueria para calar algumas vozes. Porque o que aqui diz que vai fazer em meu entender é parco em relação ao tempo que já passou e em relação à projeção que isto pode ter na realidade. Qualquer solução que venha a ter no imediato cabe nesta afirmação que aqui faz. Gostaríamos que a Comunicação tivesse sido mais concreta, enfim que explicasse o andamento, etc.

Reabilitação do Canal da Cidade. O Senhor faz muito bem. E eu articulo isto com um evento que aqui vai acontecer de operadores turísticos. V. Exa louva-se na melhoria do turismo, no aproveitamento dos canais, mas eu julgo que o Executivo devia louvar-se naquilo que tenha feito para que este resultado se verifique.

Olhe, quanto aos canais, ainda há dias um articulista dizia que V. Exa brevetava dos seus antecessores ou seja estava a aproveitar-se de um trabalho alheio. E eu tenho de contatar que é uma verdade pura e simples.

V. Exa também diz “houve um aumento significativo do turismo” e tal. Olhe, até lhe digo, para esta não ainda vai haver mais. É fácil de prognosticar. Atribua agora a culpa ao mosquito Zika que desloca o turismo do Brasil para a Europa e portanto para dizer que o turismo processa-se naturalmente onde não haja conflitos. A guerra etc, tudo isso são fatores que influenciam, mas seguramente não é obra desta Câmara para que possa tecer uma consideração de auto elogio pelo aumento dos turistas.

Finalmente também foi aberta a Avenida das Agrad. Uma obra cuja projeção é de um elevado e profícuo resultado, que também consta da Comunicação, mas não foi obra deste Executivo. Se este Executivo alguma coisa fez foi retardar a abertura que já peca pelo atraso.

Agora espaços verdes. É um aspecto realmente importante. A Câmara tem desenvolvido algum trabalho. Mas informa aqui “jardim da Araújo e Silva com a Mário Sacramento”. Bem é um espaço ali com trinta ou quarenta metros quadrados. Eu compreendo que V. Exa deva dar prestígio a isso, mas eu louvo ter feito isso e ter comprado uma máquina de cortar relva, assim como a máquina do alcatrão. Agora a referência a isto não dignifica muito. Ou seja, não é a informação que deva recheiar uma Comunicação aos deputados municipais.

Mas o que era importante era a Câmara ter algum cuidado com aqueles espaços de ajardinamento que estão a cargo dos condomínios. A Câmara nas operações urbanísticas que licencia diz que o espaço fica a cargo do condomínio, mas depois não fiscaliza nem exerce o controlo se os mesmos se encontram cuidados.

E como terminei o meu tempo, dou por concluído. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰²¹

Vogal João Barbosa (PS)⁰²²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²³

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁴

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁵

Vogal João Barbosa (PS)⁰²⁶

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁷

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁸

“Boa noite Presidente. Boa noite a todos os presentes. Relativamente à Comunicação Escrita do Senhor Presidente, tenho aqui duas ou três notas e vou deixar para o fim aquela que me deixa maior apreensão.

Primeira questão está obviamente relacionada com a concessão dos transportes. Estando neste momento atribuída a concessão eu gostaria exatamente de saber em que fase se encontra o processo, visto que há prazos legais a cumprir e existe e vamos observando esporadicamente naquilo que acontece que até agora não há diferenças significativas no perímetro urbano. E portanto aguardamos com expectativa para perceber porque falamos aqui de veículos novos, fala de rota novas, e portanto vamos ver como é que isto corre porque manifestamente também me parece que aquilo que foi a resposta ou terá sido a resposta a empresa que obteve a concessão, que haveria aqui necessidade de fazer a revisão de algumas toras e por isso aguardamos com expectativa não só do ponto de vista financeiro, porque como é óbvio o tarifário está aqui bem balizado com parâmetros máximos. E portanto de alguma forma o importante é que o serviço melhor significativamente e que aumente a sua fiabilidade para que possa ter uma maior adesão do ponto de vista do passageiros para terem uma nova versão e uma nova forma de se movimentarem no município. Isso é uma questão que vamos acompanhar com alguma cautela e com alguma expectativa para ver qual o resultado deste processo da concessão dos transportes.

A segunda questão prende-se essencialmente com uma curiosidade. A curiosidade relativamente à prioridade que foi atribuída à utilização de um montante financeiro para comprar um edifício para acertar um passeio?! Quem é de Aveiro e quem passa na Eng. Von Haff aquilo de facto desde sempre pareceu uma coisa muito estranha e pouco atrativa e até um bocadinho incomoda. Agora, dentro do aperto financeiro em que a Câmara se encontra a pergunta é se havia uma prioridade urgente de despender 110 mil euros para acertar uma esquina dum passeio? Obviamente para melhorar a visibilidade, mas isso é questionável porque neste contexto prioridade não terá pois não vem necessariamente a condizer com a restante situação financeira.

Relativamente ao PAM. Já falamos muito, mas continuamos numa situação de aguardar e eu gostava de lhe colocar objetivamente duas perguntas.

A primeira questão relativamente ao PAM é; nós conhecemos os motivos que levaram o Tribunal de Contas a não atribuir o Visto e a pergunta que gostava de colocar era se sem alterar os pressupostos que foram apresentados para submeter o PAM ao Visto do Tribunal de Contas, acreditando convictamente que o Plano que foi apresentado obedece ao espírito da lei, segundo pude perceber das suas palavras aqui, que há aqui uma diferença de interpretação entre aquilo que é o entendimento do município e o entendimento do Tribunal de Contas, a questão é se acredita que sem alterar esses pressupostos acredita que o Tribunal de Contas altere o seu parecer e dê o Visto?

E a segunda questão advém obviamente da resposta que der e vem associada a esta questão, que é, se o Tribunal não alterar qual é o plano de B?”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [029](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Cumprimentar a Mesa, os meus colegas e público presente. Em primeiro lugar uma nota (já se falou aqui) sobre o PAM. Entristecer-me porque de facto foi um momento mau para Aveiro. Foi um momento mau para o concelho, foi um momento mau para as freguesias e de facto por isso á que até agora não falou nenhum colega meu presidente de junta, porque de certeza que não é esta a opinião dos presidentes de junta meus colegas.

Portanto, manifestar aqui a minha tristeza pela falta de responsabilidade quando falamos destas questões. Mas agora, e nomeadamente os partidos que estão no poder, provavelmente terão a solução para resolver o problema da nossa Câmara Municipal de Aveiro. E não foram os desvaneios nem os desvaios do Senhor Presidente da Câmara actual, que levarão a Câmara Municipal de Aveiro a ter de recorrer a este fundo de financiamento. E fico triste pelo aproveitamento político que se está a fazer e porque não considero uma derrota do Presidente da Câmara o chumbo do Visto do Tribunal de Contas ao PAM, mas sim uma forma de pôr mais uma vez uma pedra na engrenagem para que Aveiro possa sobreviver à herança que recebeu.

Mas continuando há coisas boas. E coisas boas são nomeadamente para a minha Freguesia de Esgueira, a abertura do nó das Agradas do Norte. Que tristeza! Foi só aberto agora... Só porque, dizem, foi o Senhor Presidente que teve a culpa! No foi o anterior, no foi os outros, foi o actual. Mas a verdade é que está aberto e conseguimos neste momento passar lá.

Senhor Presidente, em relação às Agradas do Norte só duas notas que eu acho que é importante e que têm a ver com o facto da sinalização. Aquela abertura foi uma mais-valia para a Cidade e para a Freguesia de Esgueira, mas penso que é necessário colocar alguma sinalética com informação onde é que fica a cidade ou onde é que fica Esgueira e também a saída para a A25.

Outra referência é para de facto a intervenção, onde depois de muitos anos, era algo muito importante, que é a Praceta São Bartolomeu. Nós tínhamos uma casa que constantemente inundava. Estamos neste momento com outro problema porque ainda não se conseguiu terminar a obra, mas estamos a perceber, e acho que isto é importante, que se perceba se a obra pode ser terminada e bem terminada ou se terminamos a obra mas ficamos com o problema. E desde já congratular-me com a preocupação que está a haver de parte dos Serviços, de acompanhar, de falar com as pessoas, de irem ao terreno, e então deixar aqui esta nota de agradecimento, nomeadamente aos Serviços da Câmara, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, que tem acompanhado de perto em conjunto com a Junta de Freguesia esta obra.

Uma situação que se prende com o Centro de Saúde de Esgueira. A obra parece-nos que está concluída fisicamente. Era uma obra à muito desejada pelos Esgueirenses e agora passamos já para uma outra fase que é perguntar para quando a abertura daquele edifício?

Congratular-me também com a deliberação feita em reunião de Câmara de trinta de dezembro que se prende com o abandono de viaturas no espaço público. Esgueira tem imensas viaturas abandonadas no centro da freguesia e eu penso que isto é uma mais-valia o termos uma deliberação para que de facto consigamos retirar alguns carros que estão abandonados, que estão a ocupar espaço, e que estão a fazer algumas situações gravosas na própria via. Portanto deixar aqui esta s notas.

Congratular-me também com a intervenção na estrada N109. Sei que está ali contemplado um nó na freguesia de esgueira e deixar também aqui esta nota.”

Vogal Rita Batista (BE)⁰³⁰

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰³²

Vogal David Paiva Martins (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³³

“Muito o brigado Senhor Presidente. As minhas saudações à Mesa, à Câmara, a todos os colegas e ao público presente. Vamos lá a ver se faço uma intervenção desanuviadora do ambiente.

A minha intervenção tem como finalidade congratular-me e agradecer à Câmara Municipal, realmente o que vai ser feito na N109 porque é muito importante para a minha freguesia. E é estruturante. Entre elas o Botafogo.

Mas eu tenho andado há anos e anos com toda a gente da freguesia a moer-me o juízo por causa de não se fazer a rotunda do Botafogo. Agora que foi anunciado que vai ser feita todos reclamam! Lembra-me a alegoria do “velho, do rapaz e do burro”.

Aqui nesta Assembleia, uns porque tem problemas por um lado, outro porque tem problemas pelo outro, quer dizer, é o velho o rapaz e o burro. De facto em termos humanos não há obras perfeitas. Não há soluções perfeitas, não há.

De modo que vamos fazer a rotunda porque é muito importante. É uma tentativa de resolver o problema e depois vamos ver. Se tiver problemas vamos depois objetivamente encarar e resolver pelo melhor esses problemas. Mas vamos fazer a obra. E quero dar os meus agradecimentos à Câmara Municipal porque finalmente a obra se vai fazer.

Como também quero agradecer ao Senhor Presidente e ao Jorge Ratola, que não está agora aqui, mas a prontidão com que ultimamente, no último ano, tem sido atendidos os reparos que fazemos nas coisas que são precisas na freguesia. Coisas pequenas, porque já nem falo na Rua do Crasto que essa foi uma intervenção importante. Mas coisas tão pequenas como o asfaltamento da Praceta Ernesto Paiva, o saneamento e o asfaltamento da rua da Estação das Quintãs – que era uma coisa que me moíam o juízo de uma forma absolutamente esmagadora e está feito. A Rua da Agra em Verdemilho, a envolvente da EB2-3 em Aradas. Quer dizer, são obras pequeninas, mas que tem uma importância extrema para as pessoas e para o bem coletivo.

Quero agradecer isso porque tem sido realmente notável. Por vezes pede-se num dia e em dois três dias está a obra a ser feita. Eu quero agradecer em nome da minha freguesia, da minha população, esse trabalho. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[034](#)

“A minha intervenção diz respeito ao primeiro ponto da Comunicação do Senhor Presidente e aproveito para fazer um esclarecimento ao Senhor Presidente que na sua intervenção inicial disse que eu estava mal informado. E quero dizer-lhe que não estou – até estou bastante bem informado.

E para lhe dizer o seguinte: aquilo que o Senhor Presidente foi fazer e que acabou de ser dito, foi uma audição parlamentar. E uma audição parlamentar é exatamente isso. É ser ouvido.

V. Exa não tem a prerrogativa, nem a ANMP de propor nenhuma alteração à proposta de Orçamento de Estado. Nenhuma. Essa prerrogativa é exclusiva dos partidos políticos. A não ser que algum dos partidos políticos assuma a proposta toda ou parte da proposta que V. Exa lá foi apresentar, então sim ela será espelhada no Orçamento caso venha a ser aprovada. É assim que a lei funciona tal e qual como estou a dizer.

E a questão é exatamente essa. A pergunta que queria fazer ao Senhor Presidente e aos representantes do PSD e do CDS é saber se têm conhecimento se o PSD ou o CDS vão propor alguma alteração à Lei do fundo de apoio municipal. Sendo certo que isto aqui também nos transporta para outra questão, enfim, que é transversal e que já está desde à muito na doutrina, que é saber se é de bom governo fazermos alterações às leis através do orçamento de Estado? Aquilo que é designado como os cavaletes orçamentais. Aliás isso traz muitas dúvidas e a metodologia não é correta. E estamos mais uma vez a pecar provavelmente se assim for apresentado por algum dos partidos neste aspectos a pecar com esta metodologia. A questão está politicamente no centro deste mandato que é a aprovação deste PAM.

V.Exa colocou as fichas todos no mesmo cavalo. Que é a aprovação do programa de apoio municipal! O problema está é se ele chumba. À bocado o meu camarada Francisco Picado perguntava e bem se havia plano B? Aparentemente não. A não ser que V. Exa faça um outro Plano de programa de ajustamento municipal, caso este venha a ser chumbado.

Eu não faço nenhum vaticínio em relação à questão do Tribunal de Contas e à forma como vão tratar o documento que V. Exa para lá enviou para contestar a decisão do visto negativo.

Eu vi o parecer com cuidado e de facto será difícil. Porque são invocados um conjunto de argumentos que parecem bastantes sedimentados no espírito de quem fez o parecer. Nomeadamente de se entender que estamos a falar de tão somente de um fundo de resgate, que serve única e exclusivamente para fazer face ao endividamento dos municípios, onde se faz a apologia de um mecanismo intermunicipal de solidariedade e que para isso tem de haver um estrito cumprimento da lei à luz da letra na questão do endividamento, não transparecendo haver vontade em estender o leque de abrangência da norma para aquilo que V. Exa defendeu quando colocou a questão para Visto do Tribunal de Contas.

Acho que será uma batalha difícil. Não sei se está perdida se está ganha. Não nenhuma ideia. Mas tenho curiosidade em ver qual vai ser a resposta do Tribunal de Contas até para percebemos e o país perceber, qual o caminho que o Tribunal de Contas vai seguir em outros programas de ajustamento e se calhar para um novo programa de ajustamento em Aveiro.

O que é facto é que politicamente já vamos a mais de metade do mandato e este problema não está resolvido e os aveirenses já pagam os impostos no máximo há mais de um anos. E portanto esta é que é a questão política relevante.

Ao comum dos aveirenses interessa pouco saber se é Visto se não é Visto, se V. Exa propõe uma alteração através da ANMP, isso parece ser indiferente. O que já não é indiferente é os aveirenses no ano de 2016 pagarem já a taxa máxima e terem já aumentos de impostos no ano de 2015. Aumentos que podiam ser evitados. Essa é a questão política relevante.

E há aqui um problema de fundo também. É que o grau de exigência dos nossos habitantes e dos nossos concidadãos de facto é baixo. O grau de exigência é baixo para com a Câmara.

Aliás tivemos boa nota disso já aqui hoje nesta Assembleia quando o Carlos Barros se regozijava de ser pela primeira vez em muitos anos que a organização da Feira de Março não ter dado problemas!? O normal é não dar, de facto, não é. Eu acho que o normal é não dar. Contava que se regozija-se que o cartaz é bom, que atrairá muitas pessoas a Aveiro, isso sim seria motivo para regozijo. Agora de facto regozijar-mos com o que deve ser a normalidade e acharmos que o obvio é extraordinário é termos um grau de exigência de facto muito baixo para com a Câmara – e os partidos da maioria de facto afinam por esse diapasão.

Ouve-se de facto em Aveiro que enfim, já se fazem algumas pavimentações e damos brados de alegria em relação a isso! É que de facto comparar-nos com o passado eu penso que até desprestigia o atual executivo. Eu se fizesse parte dele não gostaria. Porque mais uma vez digo, como já defendi em outras instâncias, que esta Câmara Municipal, a esta altura do mandato, a um ano e poucos meses do fim deste ciclo político, não fez mais do que o óbvio. E V. Exa não fez mais que o óbvio. Vamos ver agora se este programa de ajustamento é aprovado ou não. Porque se o programa de ajustamento não vier visado pelo Tribunal de Contas V. Exa (ao contrário do que aqui querem fazer crer) tem uma derrota política que não é grande, é estrondosa.

Porque toda a política que V. Exa defendeu para este ciclo assentava no reestruturamento financeiro da Câmara.

E V. Exa., o actual elenco, assumiu que a Câmara Municipal estava em rutura com o passado e essa assunção pressuporia a aprovação deste mecanismo. Veremos se ele é aprovado ou não. E é essa a expectativa que nós temos.

V. Exa ao contrário do que diz, não falou em nenhuma alternativa – e estou seguro que não tem nenhum plano B para nos mostrar hoje caso isto falhe. Disse.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁰³⁵

“Senhor Presidente para defesa da honra. Apenas para dizer que das pequenas coisas fazem-se as cidades e fazem-se as grandes coisas. E muitas vezes das grandes coisas não se olha a gastos e por isso é que Aveiro está na situação em que está. Muito obrigado”

Vogal Santos Costa (JPA) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁰³⁶

“Eu fiquei um bocadinho confuso porque ainda a propósito do Plano. Porque uma vez que o Tribunal deu Visto negativo eu pergunto: podemos recusar a aplicação da lei ou não estaremos a perder tempo? Porque essa figura, eu penso que não existe mas não sou jurista, e então devíamos efetivamente partir já para um segundo Plano, para o Plano B se é que de facto existe. Porque efetivamente o dia tem apenas 24 horas e os dias passam, e se nós não aproveitarmos os segundos do minuto chegamos ao fim do mandato sem plano A e sem plano B. Obrigado.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰³⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [038](#)

“Boa noite a todos. Na Comunicação do Senhor Presidente gostava de realçar alguns acontecimentos ocorridos por parte do executivo e desejava felicitar o Executivo pela Concessão da Move Aveiro, porque traz uma poupança ao executivo e aos aveirenses anual de cerca de 1,2 milhões de euros. E traz um Centro Coordenador de Transportes que permitirá abrir a estação do lado de lá, com a implementação de serviços daquele lado nascente da estação.

Gostava também de referir a rotunda do Botafogo. Um dos grandes anseios dos aveirenses e da população de Aradas e todas as obras que vão surgir entre a nova rotunda da Portucel/Cacia e a rotunda do Botafogo.

Querida também felicitar pela reabilitação das pontes pedonais dos canais da Ria que vão ser feitas. E vão ser feitas porque houve um regulamento para os canais da Ria aprovado nesta assembleia, mas com os votos contra do Partido Socialista.

Esse regulamento aprovado com os votos contra do Partido Socialista permitiu que a construção do cais de atracação na sua concessão teve um valor financeiro, que já permitiu a pintura e limpeza dos muros da Ria e agora vai permitir a reabilitação das pontes pedonais e vai permitir brevemente também a reparação das eclusas.

Isto foi feito tendo por base um regulamento que o Partido Socialista votou contra.

Também me gostava de congratular com a abertura da A25, das Festas da Cidade, onde como diz o colega João Barbosa, as Festas de São Gonçalinho deixaram de ser as Festa do Bairro para serem as Festas da Cidade. E queremos que cada vez mais a Festa de São Gonçalinho seja integrada numa Festa de dinâmica maior, que não sejam só aqueles dias mas façam parte de um calendário mais alargado.

Gostava também de falar da Feira de Março. E lembrar ao deputado Marques Pereira – que não sei se passou a estar nesta Assembleia como deputado ou como adjunto de alguém, mas pronto.

Lembrar ao Partido Socialista que o ano passado aquando da Feira de Março, não o Partido Socialista que esteve na Câmara que foi responsável, porque nas reuniões de Câmara tratou este assunto que na altura foi delicado, com delicadeza e responsabilidade. Mas ao contrário a estrutura local do Partido Socialista que quando as negociações estavam difíceis e estava complicada toda a realização da Feira de Março, mais não fez a direção do Partido Socialista local que jogar gasolina para a fogueira. Esperamos que este ano tal não aconteça e que a Feira de Março corra bem sem problemas, para bem de todos e dos aveirenses.

Quanto ao contexto do Francisco Picado e que o PS fala, esse contexto da esquina do passeio. Tem sido a esquina do Passeio e tem sido, como o Francisco Picado sabe, os problemas das inundações junto ao ISCA. Também foi uma questão de contexto e no contexto foi feito. Tem sido os problemas de toda a estrada, da Avenida da Universidade, que neste contexto foi feito. E também as pavimentações que neste contexto foram feitas e que poderia aqui referir quarenta ou cinquenta pavimentações que foram feitas neste contexto difícil. Portanto não foi só a esquina que foi abaixo. Foi a esquina, foram as pavimentações, foram as requalificações, foi a escola da Vera Cruz, com os votos contra do Partido Socialista foi feito todo aquele melhoramento à volta da escola. E foi neste contexto que difícil. Não foi só a esquina que foi abaixo para alargar o passeio. Tem sido neste contexto difícil que tem melhorado a vida em Aveiro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁹

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito o brigado a todos. Filipe Guerra, os problemas das cheias estão cadastrados já falámos. Mas há um dele que eu há pouco não referir e que é aquela sistemática inundação e corte da antiga EN230, na baixa de Azurva, para a qual estamos já a iniciar estudos para projectar uma solução definitiva aumentando a capacidade de carga do aqueduto para não voltarmos a ter corte de via naquele troço nestas circunstâncias de pluviosidade muito concentrada num só tempo. Digamos que em termos urbanos o problema que temos em mãos, tal como a zona do Baixo Vouga de que já falámos há bocado, também já estamos a cadastrar solução para a executar.

Eu chamo a atenção no caso da Artur Ravara e outras que as obras pagas por Fundos Comunitários não podem ser alteradas durante cinco anos sob pena de perda de todo o financiamento. É muito importante que saibamos as regras, que sejamos sérios, e responsáveis. Se hoje a Câmara chegasse ali e fizesse aquilo que nós gostávamos, mandar a ponte para o sucateiro, partir aquelas lombas todas e pôr aquilo direito, perdíamos e tínhamos que devolver aos Fundos Comunitários toda a ajuda não só daquela parcela mas de todo o Parque da Sustentabilidade.

É muito importante as pessoas saberem as regras, serem sérias e responsáveis e que é o que nós fazemos na nossa gestão e que faremos até ao fim.

O Cais dos Pescadores de S. Jacinto é a nossa obra perdida, em termos de conseguir fechá-las no quadro financeiro do QREN, que formalmente e substancialmente, no que respeita à apresentação e produção formal de despesa, deveria ter terminado a trinta e um de dezembro. Ainda na quinta-feira, ontem mesmo, passámos lá uma boa parte da tarde com os gestores que cá vieram do PROMar e estamos à procura da melhor solução, sabendo que o que ali se cometeu é um crime grave, de gente desmazelada, que andava aqui a brincar com o dinheiro dos outros, a projectar com os pés e obviamente apanhámos esses danos todos em plena obra e a obra teve que ser parada e estamos à procura da melhor solução porque a solução correctiva total custava um vírgula um milhões de euros em cima dos oitocentos mil da obra. Ninguém corrige um erro de oitocentos mil com um milhão e cem mil. Estamos a trabalhar, à procura da melhor solução e aqui e de forma pública apresentaremos a melhor solução.

Quanto ao IMI dizer que a consequência da cláusula de salvaguarda ser reposta no quadro do Orçamento do Estado vai ser nula, é um mero exercício de retórica política. Não tenham ilusões. Primeiro porque o seu efeito para dois mil e dezasseis não se aplica. Todas as medidas legislativas para a cobrança do IMI em dois mil e dezasseis sobre as existências de dois mil e quinze tinham que estar tomadas até trinta e um de dezembro. Portanto, o efeito disto é para a cobrança que acontecerá em dois mil e dezassete sobre o património de dois mil e dezasseis, é verdade, mas não tem efeito nenhum. Mais... qual será a quantidade de imóveis que serão abrangidos pela cláusula de salvaguarda? Olhem, eu não vou dizer zero porque admito que haja aí um ou dois. É que as progressões muito profundas e muito intensas já foram feitas. Poderá haver casos isolados, muito isolados, e alguns que fugiram ao processo de atualização de dois mil e doze. É um exercício de retórica política como tantos outros que são feitos com o actual Orçamento do Estado e esse é um deles. O outro dos Fundos Imobiliários, é outra retórica. Inicialmente falaram em setenta milhões de euros, hoje está provado que são apenas dez milhões de euros, e que noventa por cento da incidência dessa benfeitoria que é boa para as Câmaras afinal é só para uma Câmara que se chama Câmara Municipal de Lisboa. Nós já pedimos informação à Autoridade Tributária para nos informar de quantas propriedades e quanto IMI é que passarão a pagar os Fundos Imobiliários que

são proprietários em Aveiro mas das nossas diligências os Fundos Imobiliários não são proprietários, em Aveiro, de nada. Portanto, objetivamente é disto que estamos a falar. Anda para aí muita retórica mas agora são vocês que governam e quem governa pode usar a retórica, pode tudo, estamos em democracia, mas é preciso responsabilidade e tomar medidas objetivas e concretas.

Quanto à Moveria, Filipe Guerra, aliás o Francisco Picado anda um bocado baralhado das ideias, não sei porquê, era o que mais faltava, ainda não assinámos o contrato, vai ser assinado o contrato, vai a Visto do Tribunal de Contas, e vem aqui perguntar se ainda não se veem os autocarros novos na estrada? Francisco Picado, desculpe lá, mas eu nem tenho isso por brincadeira, tenho isso como uma atitude pouco séria, em termos políticos, para ficar gravado num gravador lá de cima que afinal ainda não há autocarros novos a andar. Desculpe, mas é preciso ter uma atitude séria e correcta. V. Exa. tinha obrigação de saber.

Filipe Guerra, os autocarros serão novos, terão uma nova imagem, os horários são os que estão no caderno de encargos e que nós definimos, a quantidade de circuitos vai ser muito maior do que a que o caderno de encargos por proposta da entidade que ganhou o concurso. Na Ria. Quem definiu os horários fomos nós, o tarifário é melhor, mais baixo para os residentes. Tranquilos da vida, somos nós que mandamos, está tudo no caderno de encargos. Depois temos que fazer o quê? Temos que gerir bem, temos que fiscalizar bem o funcionamento da concessão.

Tive pena de não ter ouvido hoje elogios às trinta e cinco horas. A esquerda andou a bater-nos tanto por causa das trinta e cinco horas e o Filipe Guerra passou, saltitando como de nenúfar em nenúfar por cima da matéria. Temos as trinta e cinco horas a funcionar desde o dia um de Fevereiro e também temos uma câmara exigente, uma gestão séria, o nosso combate à corrupção é cem por cento, o nosso combate à balda é cem por cento, o nosso combate à falta de pontualidade é cem por cento, e devo dizer que a esmagadora maioria dos nossos funcionários são excelentes funcionários, estão a cumprir bem. Se depois, fora daqui, me quiser dar o nome de quem se queixou, vamos ajudar também essa pessoa a resolver os seus problemas de assiduidade, pontualidade e, eventualmente, de outras coisas. Estamos hoje numa Câmara positiva, com ambiente saudável, mas obviamente com responsabilidade e intensidade. Dissemos às nossas chefias e aos nossos funcionários «atenção. Agora que toda a gente trabalha menos uma hora por dia é preciso aumentar a produtividade nas restantes horas», obviamente que temos de produzir mais por unidade de tempo...”

(Verificou-se um corte de energia no edifício, pelo que a mesa interrompeu os trabalhos até o restabelecimento da mesma⁰⁴⁰.)

“Em relação aos ciclistas na EN 109, Filipe Guerra, a ideia que estamos a desenhar é privilegiar vias alternativas próximas para as ciclovias e não a própria EN 109, nomeadamente ligando o Crasto ao PCI e ligando o Crasto ao centro da cidade pela Rua da Pega e pela nova ciclovia dedicada que vamos fazer ligando o Campus da Universidade de Aveiro à Estação. A EN109 é e será sempre uma via de altíssimo tráfego.

Quanto ao Hospital, continuamos a trabalhar bastante, esperando que a esse nível o actual Governo seja melhor que os anteriores e que finalmente haja dinheiro porque os problemas do nosso Hospital são dois: um défice financeiro de operação grave e velho, cerca de dez milhões de euros por ano; e a incapacidade de arranjar dinheiro para a requalificação e ampliação do edifício. Sabem quanto é que está no Portugal 2020 para a qualificação do nosso Hospital? É inacreditável... zero. Comparem com o valor que

está no Portugal 2020 para os Hospitais de Coimbra. É muito importante que nós prossigamos o nosso lóbi porque isto tem que mudar; é preciso investimento para qualificar e ampliar o nosso Hospital. Estão a haver (felizmente) investimentos em Águeda e em Estarreja por força de boas decisões que foram tomadas. Ainda bem, ficamos satisfeitos. Mas o Hospital Infante D. Pedro precisa urgentemente de muito investimento porque isso também é muito importante para realojar e reafectar os serviços à sua plena funcionalidade para se otimizarem também os recursos humanos que temos.

Rita Batista, só uma nota muito simples que lhe vou repetir muitas vezes. Agora há a Troika da esquerda e o que nós esperamos é que a Troika da esquerda que governa o país tome decisões, que resolva os problemas. Portanto, se estão contra a Lei FAM arranjem uma nova, bem e depressa. Embora, ouvindo membros da Assembleia Municipal que são membros do Governo a fazerem aqui quase preces para que nós não tenhamos PAM aprovado, isto vá ser duro porque, gente que de dia pensa para a esquerda e quer o mal do nosso Concelho e à noite pensa para a direita e quer o bem, dá para perceber, hoje, com clareza, que estas pessoas com duplas funções também têm, de facto, duplas perspectivas em relação ao bem e ao mal do nosso Município. Ficou hoje muito claro, meridianamente claro.

Dr. Jorge Nascimento, há aí uma série de números que estão todos trocados. Tomar eu que a poupança da concessão dos transportes fosse um vírgula dois milhões de euros por mês. Não é por mês, é por ano; houve aí um equívoco de V. Exa. E também baralhou tudo na REFER. Os números não são esses, nós devemos cerca de treze vírgula trinta e cinco milhões; o acordo não era a catorze anos mas sim a dez anos; e nós agora conseguimos um pagamento a três anos sem juros. Portanto, é um exercício positivo e correto.

Quanto às Agras, Dr. Jorge Nascimento, deixe-me dizer-lhe o seguinte. É a mesma coisa. Se tivéssemos deixado tudo como estava há dois anos o que tinha acontecido é que a Câmara seria chamada a fazer a demolição da ligação, não era da avenida toda, da rotunda à A25; tinha que demolir porque violou a REN, que é grave, aliás dá perda de mandato embora o mandato já tivesse sido perdido de todo pelo voto do povo, e tínhamos que fazer a reconstituição de tudo aquilo. Não sei se leram, vocês que estão tão atentos a tantas coisas, a primeira frase que eu tive no dia em que assinalámos a sua abertura, não foi uma inauguração, foi de registo da boa herança que recebi do meu antecessor em relação àquela obra. Foi a primeira frase que eu referi. Agora, se deixasse tudo como herdei, hoje, não se circulava ali porque havia uma demolição. E chamo também a atenção a várias pessoas que falaram de sinalética, é preciso passar lá, a rotunda, para quem entra, está muito bem sinalizada. E não é preciso pôr lá mais sinal nenhum. Basta uma grande placa a dizer “direita – centro”, “esquerda – Esgueira”. Não é preciso mais nada. Não é preciso mais placa nenhuma, há lá uma mega placa depois de entrarmos. O que nós entendemos e já estamos a fazer um estudo, é que temos que fazer é assinalar a saída porque há vários circuitos dentro da cidade que podem, em vez de ir afogar a EN 109, que já é uma via com muito tráfego, é poderem sair para as autoestradas por ali e isso é um ganho de fluidez muito importante. Para isso já estamos a preparar um trabalho para implantar.

Quanto às luzes, Ernesto Barros, eu discordo de si. A cidade teve luz, teve toda iluminada, funcionou bem, a nossa iluminação pública esteve impecável. Aliás, devo dizer que Dezembro foi o mês em que se fez a afinação dos relógios astronómicos. Acabou, já tinha acabado em dois mil e catorze a escuridão do fim da tarde e do início da noite e agora, durante o mês de Dezembro, acabou a escuridão do início do dia. Tivemos iluminação pública a funcionar bem e agora até os relógios astronómicos estão

em dia. Quanto a outras luzes a nossa Câmara não se pode meter em despesas dessas, em termos legais. Houve comerciantes que fizeram esse investimento com o nosso apoio, fornecemos a energia, tivemos zonas iluminadas, uns gostaram outros não. Tivemos iniciativa privada que se pôs a fazer. Esperemos para o ano termos mais capacidade na iniciativa privada e nós próprios para pormos as luzinhas do Natal. O que é diferente de dizer que a cidade está às escuras. Tenhamos cuidado com as expressões por causa dos gravadores, porque o problema seria amanhã um jornal escrever «Ernesto Barros diz que a cidade estava às escuras no Natal». Isto é terrível. Portanto, é preciso algum cuidado com a escolha de algumas palavras.

Quanto à limpeza do matadouro já oficiámos a empresa privada e estamos, neste momento, a negociar um investimento que pode cair naquele terreno e podemos ter ali uma boa solução. Vamos ver se o que falta corre bem.

João Barbosa, obrigado pela sua ideia. Quanto a propostas de “Aldeia do Natal” isso deve ser uma ideia de alguém que também a partilhou connosco mas que não passou disso; de uma ideia que, depois, não teve seguimento.

Há uma nota do Paulo Marques que eu acho que é muito importante. Aquela penhora do mandatário do Movimento Independente o juiz suspendeu-a, deu-nos razão. O juiz suspendeu a penhora e deu-nos razão porque protestámos contra e evitámo-la porque mérito de quê? Da Lei FAM. Mais uma vez a Lei FAM protegeu-nos dessa penhora e ela não foi executada, está suspensa como tantas outras. Temos uma bateria de suspensões muito relevante.

Francisco Picado, quanto ao edifício ele surge de um problema que eu acho que o caracterizou de forma errada. Trata-se de uma zona de intensa circulação pedonal onde quem circula dos dois lados, não é só de um dos lados da estrada, tem que o fazer na estrada. Aquilo que se vai fazer é um solução de oportunidade, o dono quis reabilitar aquela construção, ou melhor dizendo quis pô-la abaixo e fazer uma nova, houve uma interação negocial e que nos permitiu chegar a esta solução e resolver aquilo que, para nós, em termos de segurança pedonal, é o problema mais grave da nossa cidade. É uma circunstância de oportunidade que surgiu de um acto de tentativa de licenciamento de uma construção nova e tínhamos que responder e tomar essa decisão. O que acabei de dizer pode ser provado documentalmente com as várias fases que o processo teve.

Quanto às crenças do PAM e da decisão do Tribunal de Contas, vocês já me conhecem, eu sou uma pessoa positiva, acredito naquilo que fazemos, acho que temos um bom recurso, agora palpitar não há palpites. Temos uma fortaleza na razão que a apresentamos e respeito por quem tem que decidir. Não palpitamos nada; achamos que o Tribunal de Contas tem uma estrutura de argumentação apresentada por nós para nos dar o Visto. Agora, é o Tribunal que decide e o nosso espaço de influência sobre o Tribunal está exercido com as duas formalidades: a entrega do recurso e um ofício meu dirigido ao presidente interino a solicitar uma diligência com a maior urgência possível, foi aquilo que solicitámos em carta que não está integrada no documento do recurso ao juiz em exercício de presidência.

A presidente Ângela falou de uma nota que é muito importante. Esta perda de termos o PAM visado é uma contrariedade. Nós, na vida, gerimos as coisas boas para nos estimularmos e as contrariedades também para nos estimularmos. Não há aqui outra atitude que não seja esta. Partilho consigo a sua tristeza de ouvir gente a rejubilar porque, de facto, estas pessoas que rejubilam já perceberam que o programa é uma coisa boa. E como as coisas boas para o nosso município perturbam certa gente vêm para aqui com este tipo de conversa estragada. Quando for aprovado o programa o que dirão?! Aí vem mais desgraça, mais impostos, mais não sei o quê. Relembro que o Programa tem três partes e que a única parte que falta para nós termos o Programa em pleno exercício

é a assistência financeira para pagarmos a dívida velha. A nossa Câmara já pagou quase vinte milhões de euros de dívidas, em dois anos; a nossa Câmara cumpre, hoje, todas as obrigações com toda a gente a tempo e horas; a nossa Câmara está a acabar obras de grande dimensão; está a desenvolver projectos, estamos em operação de projecto, de onze importantes edifícios, estou agora a tirar as estradas, com um valor total de investimento de cerca de onze milhões de euros; eu sei que isto mete alguma confusão de como é que é possível nós estarmos a reduzir dívida, nós estarmos a fazer obras, nós estarmos a fazer projectos, nós termos já contractos assinados com os Fundos Comunitários do Portugal2020, mas estamos mesmo a conseguir. Então para o Partido Socialista isto é uma baralhação. Nós em dois anos estamos a reduzir a dívida a um ritmo de quase, não chega, oito a nove milhões de euros por ano e no tempo do Partido Socialista ela subia mais do dobro disso por ano. É evidente que isto faz uma confusão tremenda. E com uma diferença é que, na altura, a lei permitia isso; hoje a lei não permite isso. Quando algumas pessoas, excitadas e membros do Governo, acham que estamos a fazer o óbvio é porque só têm uma intenção que é tapar os olhos dos nossos cidadãos, é serem pouco correctos com eles quando dizem que o grau de exigência dos nossos cidadãos para com a Câmara é baixo; devo dizer que o grau de exigência dos nossos cidadãos para com a Câmara é muito alto e muito presente. É evidente que quem anda por Lisboa a gerir o doce do poder, quem anda na doçura do poder, não ouve o povo aveirense. Temos cidadãos muito exigentes que têm uma interação com a Câmara intensíssima e somos muito felizes por isso. Queremos que os nossos cidadãos sejam mais exigentes porque nós somos muito exigentes. O Dr. Marques Pereira, agora rendido aos amores da capital, tem as maiores dificuldades em fazer esta relação com os nossos cidadãos.

Rita Batista, o Bloco de Esquerda para nos ajudar em relação à taxa máxima de IMI, agora, só tem que aprovar a proposta do Partido Comunista. E o Partido Socialista também. E não vale a pena, Marques Pereira, vir com as suas fintas de membro do Governo a tentar defender a honra ao Convento. O Partido Comunista tem uma proposta subscrita por deputados, portanto não tem aquele problema formal do Dr. Marques Pereira que só pensa em formalidades e não percebe nada disto, assinada por deputados, não é da ANMP porque a ANMP faz propostas porque tem capacidade política para o fazer e não negocie com partidos na Assembleia, faz isto por interação com o Governo, a ANMP negocia com o Governo porque a proposta de lei é do Governo, chegamos ou não chegamos a acordo com o Governo. O nosso apelo, ANMP e Câmara de Aveiro, é que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista aprove a proposta do Partido Comunista. Não vale a pena estarem a olhar para quem está na oposição, quem governa é quem está no poder. E as responsabilidades, Dr. Marques Pereira, são de quem está no poder. Essa coisa de «vejam lá se tratam disto», não... são vocês desse lado que tratam disto, são vocês que governam. Há uma proposta na Assembleia da República em sede de Orçamento do Estado que diz uma coisa clara: redução da taxa máxima de IMI para zero vírgula quatro, é subscrita pelo Partido Comunista Português. Façam favor, Partido Socialista e Bloco de Esquerda, de votar a favor e terão um aplauso, terão o nosso aplauso e regozijo. Já o disse e repito, nós governamos a nossa Câmara, fazemos a recuperação financeira municipal com zero vírgula quatro, não precisamos de zero cinco. Disse e repito. Está agora na mão da Troika da esquerda resolverem o problema da lei, ponto final parágrafo. Vocês têm que mudar o chip e adaptarem-se à vossa nova responsabilidade.

Presidente Ângela Almeida só uma nota adicional. Temos hoje muitas frentes para resolver problemas de águas pluviais. O nosso município é dos piores do país em rede de águas pluviais. É dos piores do país. Já disse aqui que quando se diz que temos taxa de

cobertura de saneamento de cem por cento é falso. Temos taxa de cobertura de saneamento próxima a cem por cento em redes de águas residuais, em pluviais nem trinta por cento. Estamos com investimento permanente em muitas frentes, começando pelos problemas mais graves como o da praceta de S. Bartolomeu e indo para muitos outros para resolvermos os problemas gravíssimos que o nosso município tem. Quanto ao Centro de Saúde de Esgueira, está-se a trabalhar com grande intensidade agora com a liderança do Ministério da Saúde na instalação. Logo que a instalação de todas as competências esteja pronta nós inauguramos e ativamos. Relembro que há, hoje, delicadezas complexas como a necessidade da rede informática estar a funcionar. Hoje, não há consultas numa Unidade de Saúde se a rede informática não funcionar. Toda a prescrição, a base de dados, tudo está informatizado. É preciso que a CERTIEL faça a certificação, é preciso que a instalação informática seja toda feita, o sistema testado, e isso, hoje, é fundamental para que as equipas médicas, de enfermagem e o pessoal auxiliar possam ir trabalhar. Portanto, está tudo a andar é evidente que para nós está a gastar-se tempo demais, mas temos que compreender quem está a fazer o trabalho. A intensidade da nossa parte é total, de pressão, para que Esgueira e Cacia se coloquem ao serviço dos cidadãos com a maior brevidade que seja possível.

Dra. Ana Maria Seïça Neves, tomámos boa nota de tudo o que referenciou como chamadas de atenção. Em relação ao Tribunal do Comércio pertence ao nosso pacote de Tribunais, não é só o do Comércio, temos o problema gravíssimo do TAFE para resolver, gravíssimo, temos que devolver o dinheirinho porque não cumprimos o objectivo. Ainda não reuni com os novos membros do Governo nesta área, espero reunir proximamente para ter o trabalho deles que, como sabe, é essencial para tomarmos boas decisões nesta matéria. A nossa posição é igual, não mudou por mudar o Governo, mas esperemos que tenha mudado a posição do Governo com o novo Governo. É evidente que a sua elevadíssima influência política também pode dar uma ajudinha junto dos novos titulares. Quanto aos bairros, os números são estes: temos catorze despejos executados, quando chegámos tínhamos doze pendentes, daqueles que puseram num montinho a aguardar que alguém viesse tratar, temos setenta fogos vagos, não temos nem nunca tivemos fogos à venda. Estamos, neste momento, a ultimar o concurso para estes setenta fogos e o caderno de encargos para as obras de reabilitação. Queremos levar à Câmara, estamos a fazer esse trabalho o mais rápido possível, estas duas peças em momentos próximos para que enquanto decorre o procedimento da afectação dos fogos aos concorrentes decorram as obras o mais rápido possível e à medida em que elas estiverem prontas vamos alojando as pessoas seguindo a lista ordenada em consequência do concurso. É este o trabalho todo que já está em momentos finais e em acertos finais.

Presidente David Paiva Martins, agradecer-lhe todas as notas, principalmente as pequenas obras. Estes autarcas que só cá vêm de vez em quando é que não vêm nenhuma. E hoje, a vida de muitos de nós e de muitos dos nossos concidadãos é a vida de darem importância às pequenas coisas porque, de facto, nós temos um passivo enorme nas pequenas coisas. As grandes são importantes? São. Estamos a lutar por algumas? Estamos. De facto há uma importância que os nossos cidadãos dão, os nossos cidadãos muito exigentes, de resolvermos pequenas coisas que são imensas. O Presidente David deu alguns exemplos e, obviamente, ficaram outros, muitíssimos, por dizer.

Manuel Prior, queria agradecer, globalmente, todas as referências mas queria enfatizar a questão da concessão. A questão da concessão foi uma aposta clara, muito estudada, muito trabalhada, correu mal no primeiro concurso, ficámos em branco, fizemos ajustamentos e o segundo concurso correu bem. Esperemos que a formalidade da assinatura do contrato corra bem e esperemos também que a formalidade do Visto também corra bem, obviamente já vão havendo actos preparatórios mas que não podem

ser ainda consolidados e sólidos, com data marcada para arrancar a operação porque falta o Visto que nos dará o direito de execução do contrato, estamos muito determinados em fazer bem. Arrancar-se-á com um investimento muito grande, á cabeça, na frota e no Centro Coordenador de Transportes, e devo anunciar que se arrancarão com outros investimentos. Vamos ser uma cidade piloto, vamos ser uma idade modelo, em termos de mobilidade e esta concessão, logo que inicie o seu caminho, vai demonstrar isso. Ganhámos uma grande oportunidade. Esperamos que a formalidade que falta cumprir confirme esta possibilidade. No dia em que apresentarmos a operação tudo isto será explicado com todo o pormenor; aquilo que está no caderno de encargos e um conjunto de matérias que já temos negociadas e que não estão no caderno de encargos.

Em relação a duas ou três questões do PAOD dizer ao Dr. Jorge Nascimento que se iniciou, finalmente, esta semana, a negociação do PEDU, do nosso PEDUCA. A nossa reunião foi na terça-feira, tendo a CCDR iniciado na anterior quinta-feira as negociações. O objetivo é até final de Março estar tudo terminado, negociações, acórdãos e as devidas assinaturas. Com isso vamos ter pronto o nosso instrumento financeiro, vamos disponibilizar formalmente, ainda falta saber substancialmente quando é que o instrumento financeiro para os privados vai estar disponível porque esse processo ainda segue um caminho burocrático que ainda tem muito para andar, e vamos ter pronta a nossa área de reabilitação urbana, a nossa ARU que aqui virá à Assembleia Municipal porque é a Assembleia a última instância que a aprova. Todo este pacote está muito arrastado, entregámos a nossa candidatura no dia vinte e nove de Setembro, mas já está a ver a luz ao fundo do túnel para que seja iniciado o processo de execução. É uma nota importante para a qual chamo a atenção, tenho chamado a atenção dos investidores, dos interessados de todos nós, porque é, de facto, uma oportunidade muito relevante para fazermos uma serie de coisas. Isto não tem a ver com o gaveto da Av. Dr. Lourenço Peixinho com a Rua Eng. Eng. Oudinot, essa é uma outra questão que também está a corre bem, quer nas interações com o dono, quer os actos preparatórios em sede de planeamento, revisão de PDM e PUCA, para criarmos para que o investimento seja retomado e acabemos com aquela situação que nos penaliza a todos nós, ninguém gosta dela.

Jaime Vinagre, na próxima semana ou na outra é lançado um concurso para o estacionamento no Canal de S. Roque. Aquilo não está mal hoje, aquilo está mal há vários anos. Aquela obra foi mal feita, fazer grelhas de arrelvamento com fibras de pvc de um milímetro e meio de espessura não tem nem pés nem cabeça. Aquilo está destruído há muito tempo, apenas se agrava essa constatação quando caem estas violentas cargas de água. Não é só a drenagem, o sistema de drenagem de água pluvial está lá. O problema é que como a grelha de arrelvamento não agarra a terra que tem por baixo com o movimento dos carros o canaete que recorre a água está sempre entupido. Vamos lá um dia mas basta que chova mais um bocado e, nesse mesmo dia, entope outra vez. Vamos substituir as grelhas de arrelvamento por cubo de granito, cubos que estamos a tirar, aliás uma dádiva que temos que agradecer à nossa querida terra das Quintãs, uma dádiva das Quintãs ao Canal de S. Roque que é cubo “Quintanense” que vamos usar. Vamos ter o cumprimento de regras porque temos ali regras de relação com a reserva ecológica nacional mas também uma estrutura para que os mecanismos de torção que as viaturas fazem a estacionar estejam devidamente tolerados pelo piso e pelo pavimento que têm em baixo. Dentro de algumas semanas teremos lá um empreiteiro a fazer obra que vai perturbar um bocado o estacionamento mas que irá deixar todo aquele problema resolvido definitivamente, permitindo que a estrutura de águas pluviais funcione bem já que também vai ser auditada mas temos o pressuposto, à partida, que estará bem, que

estará funcional. Quando a desentupirmos toda teremos que confirmar que esta minha afirmação está correta.

A parcela do Fórum Aveiro foi limpa por reação do privado, aquilo é terreno privado, por uma notificação nossa. Daqui a pouco temos consciência que ou ele faz outra vez ou temos que notificar outra vez.

Quanto à Fábrica de Tissue (Portucel) Jaime Vinagre, fique tranquilo, é um grande investimento e Cacia não vai sofrer coisa nenhuma. As intervenções rodoviárias vão melhorar bastante aquela circunstância. Temos que continuar a lutar para que os circuitos de curta distância, entre o nó da A17 na ponta sul do nosso município e o nó de Angeja, em Albergaria-a-Velha, não sejam portajados. Há uma quantidade relevante de tráfego que precisamos que saia da EN 109, a sua alternativa é a A25 e a A17, e continuaremos a lutar para que os circuitos de curta distância sejam isentos de portagens; isso daria uma ajuda fundamental para este problema de tráfego muito intenso na EN 109. Temos todos boa memória de quando ela estava a funcionar sem portagem e depois quando as portagens foram introduzidas nas chamadas ex-SCUTs.

Anabela Saraiva, quanto à carta educativa aquilo que fizemos foi mudar e ajustar a estratégica integrando a carta educativa na revisão do PDM. Todos os documentos de planeamento, toda a sua revisão, está integrada no Plano Director Municipal, como deve ser. É esse o mecanismo que ajustámos. Portanto, o processo segue mas agora no quadro de integração e na revisão do Plano Director Municipal.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento⁰⁴¹

“O Senhor Presidente quando se refere a alguém ligado a este Movimento, referiu-o sempre como questões que apresenta como aparentemente questões baixas. Estou a referir-me quando o Senhor Presidente trouxe aqui “o mandatário do movimento independente viu a sua execução suspensa quando da aprovação do PAM em sede de Assembleia”. Oh Senhor Presidente, as candidaturas acabaram. Isso não é depreciação de ninguém. Ele foi um simples prestador de serviço é bem que isso fique bem sublinhado. Porque o Movimento Independentes honra-se muito por ter aquele mandatário. E que foi um brilhante prestador de serviços da Câmara. E a quem a Câmara não pagou. E que tem todo o direito de mover uma execução para que a Câmara lhe pague ao fim de três anos de ter cessado a sua função.

E quando vossa excelência se vangloria de que foi uma virtude do PAM, está a engrossar o património dele e a prejudicar o nosso quando se regozija com isso. Porque sabe muito bem que está a receber juros à taxa de 4 por % ou não sabe!? Sabe, concerta. Espere pela volta quando lhe vier a conta no final.

Segunda questão da defesa da honra. Quando o Senhor Presidente se refere aqui dá a impressão que a oposição está contra os aveirenses, todos aqueles que não aproveitam o PAM.

Pois eu devo dizer que me regozijo com a reprovação do PAM. Agora e sempre. E devo dizer com toda a coerência porque nós sempre formos contra o PAM. Portanto não defendemos o PAM e não estamos a ir contra nada que não tenhamos defendido acerrimamente. Ainda hoje consideramos e continuamos a considerar que o PAM é uma má aposta. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

“Não, não quero defender a honra até porque não fui desonrado. Nem desonrei o Dr. Jorge Nascimento. Mas gostava de dizer o seguinte até porque esta sua defesa da honra é cópia da anterior da última sessão.

Dizer-lhe o seguinte Senhor doutor. Eu gosto imenso de si, acho-lhe graça, reconheço o seu esforço em defender o indefensável. Portanto é uma pessoa que eu respeito profundamente. O Senhor doutor faz um esforço para defender a herança da qual é herdeiro político, que são os dois mandatos anteriores, e que eu acho notável e reconheço esse seu esforço, com toda a seriedade, sem jeito, metendo os pés pelas mãos, mas fá-lo com dedicação.

E ainda por cima com um esforço que eu acho incrível. Incrível no sentido positivo da sua atitude. É que as únicas duas pessoas que eu conheço que desonraram o Movimento Independente Juntos por Aveiro foram os seus dois cabeças de lista à Câmara e à Assembleia Municipal, que renunciaram ao mandato ainda ele não tinha chegado a meio.

Portanto, quero deixar esta nota de que eu estimo politicamente o Senhor doutor, não estamos a falar aqui de questões pessoais, como é evidente, estimo, reconheço o seu esforço e terá, aqui, connosco, uma disputa política leal e séria porque acho notável o trabalho que o Senhor doutor faz.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴³

“Senhor Presidente, o aquecimento na Escola Básica de Santiago está resolvido! Não resolveu o problema em devido tempo como disse que o ia fazer. Só anunciou a resolução quando houve denúncia pública.

Gostava também de lhe perguntar porque é que não respondeu à questão dos cães nas habitações de Santiago, quando isso implica perda de direitos como cidadãos.

Para terminar. O IMI está no máximo porque o Senhor Presidente quer que esteja no máximo. O FAM não exigia que estivesse no máximo este ano – foi escolha de Ribau Esteves.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

“Rita Batista, três notas em relação às suas três questões. Eu não vou dizer aqui os nomes das pessoas porque é desagradável. O que aconteceu na Escola de Santiago foi uma avaria da peça chave do sistema que faz o aquecimento e que é uma coisa que acontecem aos sistemas. Não sei se a Rita sabe o que é um sistema e uma avaria. Aos sistemas acontecem avarias de vez em quando. A resolução de uma avaria não é um acto imediato.

A Rita não chega lá, olha para a máquina e diz «oh máquina, põe-te a funcionar bem». Não funciona assim. Tem que chamar uma empresa especializada, a empresa vai lá e faz um diagnóstico, define o que é que é preciso fazer e depois ou é fácil e é rápido ou é preciso uma peça ou não sei o quê e demora um bocadinho mais. E é assim que se faz. Ao mesmo tempo estamos nós a fazer o procedimento administrativo para que esteja tudo bem, tudo direitinho. É assim que tudo isto se faz. Portanto, o que aconteceu na Escola de Santiago foi uma avaria e no dia seguinte à avaria uma pessoa muito próxima de uma

líder do Bloco de Esquerda, pessoa do Bloco de Esquerda, pega numa avaria numa escola, uma coisa que acontece, e transforma tudo num acto político.

A resolução do problema, Rita Batista, não teve nada a ver com o acto desse bloquista que tem ambiência naquela escola. Não teve nada a ver. E se for preciso, um dia destes, dizemos os nomes das pessoas que é para sabermos que esquemas inadmissíveis e muito pouco sérios é que nós temos que aturar, nomeadamente do Bloco de Esquerda. O que o Presidente David disse há bocado é verdade. A Câmara tem hoje uma capacidade organizativa, que já atinge um bom patamar em certas áreas, e uma capacidade de reacção muito rápida. Agora, uma avaria de uma caldeira base não se resolve a falar para a caldeira; é que não se resolve mesmo. No dia da avaria ela foi referenciada, foi diagnosticada e demorou julgo que três dias úteis, ou se foram cinco que sejam, não levem com rigor este número. Que coincidência, não é? A atitude do Bloco de Esquerda, do bloquista em causa, muito próximo de líderes muito importantes do Bloco de Esquerda, é que resolveu o problema e a Câmara reagiu só porque o Bloco de Esquerda fez uma nota de imprensa. Se isto é de gente que tem seriedade na vida e na política, desculpe lá. Todas as avarias nas nossas escolas, que acontecem de vez em quando, não são muitos, felizmente, mas são de vez em quando têm, da nossa parte, uma reacção imediata.

Se quiser continuar a ter sucesso, quando houver uma avaria e tenha lá um bloquista por perto, faça o comunicado no dia porque é provável que no dia a seguir a reparação esteja feita e depois tira uns lucrozitos e pode vir aqui dizer na próxima reunião que o Bloco fez mais um comunicado sobre o vidro que partiu na escola 'X' e a Câmara reparou o vidro porque o Bloco fez um comunicado. Rita Batista, não vale a pena seguir esse caminho da demagogia mais básica que eu já vi na minha vida. Nós vamos continuar este trabalho de qualidade, de pronta reacção, de gerirmos bem e, obviamente, de termos o mais possível a capacidade de fazermos gestão preventiva das infra-estruturas para baixarmos a quantidade de avarias, sabendo que elas nunca vão ser zero porque a perfeição, nestas matérias, não existe.

Quanto aos cães da habitação social nós temos essa regra no nosso regulamento municipal. A Rita Batista poderá discordar da regra, julgo que terá votado contra o regulamento, mas poderemos discordar da regra, muito bem. Mas é uma regra que está no nosso Regulamento municipal. Depois temos os tais cidadãos muito ativos, os vizinhos destas pessoas, que não gostam de ter esta vizinhança e protestam veementemente. A Câmara, aí, não tem nada para fazer, ativam-se os mecanismos de atuação da GNR, em regra aciona-se a Brigada Sepsia da GNR para repor a legalidade e a normalidade. Antes verificamos se aquele animal está ou não legal, se tem o seu registo, o seu chip, tudo direitinho. Não há aqui nada de mais, podemos discordar da regra, eu aceito que a Rita discorde da regra. Mas o que estamos a fazer é fazer cumprir a regra por ação das entidades que têm a responsabilidade de o cumprir. Dizer claramente que respeitando os cidadãos que gostam de ter animais desta tipologia nos seus fogos, a esmagadora maioria dos nossos inquilinos, com aquelas que mais lidamos, gostariam muito que ninguém tivesse este tipo de animais nas suas proximidades.

Quanto ao FAM a nossa decisão é esta. Nós temos o nosso PAM plenamente executado, todas as mediadas de equilíbrio orçamental, que é a parte um, estão todas executadas; todas as medidas, da parte dois, que é a execução da dívida estão todas negociadas; falta a terceira parte que é a assistência financeira. Os recursos que estamos a recolher, a receita que estamos a recolher, está a ser usada para a Câmara funcionar bem, pagar a tempos obras, fazer obras, fazer projetos, investir, qualificar os serviços, etc. É a bem, e julgo que cada vez mais, são os cidadãos que reconhecem que temos cada vez mais uma boa prestação, ou melhor, cada vez uma melhor prestação, com patamares nalgumas

áreas que são já, claramente, bons, com muito para crescer, garantidamente. Mas hoje a nossa Câmara é muito melhor, os resultados do seu trabalho são muito melhores do que aquilo que nós tínhamos quando iniciámos este mandato.”

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento.^{04c6}

“Senhor Presidente, quem escreveu a denúncia foi um membro da Associação de Pais da Escola Básica de Santiago. Com todo o direito que lhe reserva ter condições uma escola pública onde frequenta o respetivo filho (ou filha).

As declarações foram do Senhor Presidente. Publicamente disse: “o assunto está resolvido”. E o assunto não estava resolvido! Tudo o resto da interna do meu Partido não vai discutir.

“Esquema inadmissível e pouco sério” talvez estivesse a olhar para a vida interna do seu, nomeadamente no que se está a passar a nível distrital.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Eu agradeço muito a sua defesa da honra, incorreta, porque eu não a desonrei. Aliás, ficou claro. Mas também ficou claro, por esta sua declaração, que o que eu disse é verdade. Só falta mesmo dizer os nomes e um dia destes vamos mesmo dizer os nomes que é para as pessoas saberem ao cúmulo a que esta nova coisa política que é o Bloco de Esquerda no poder faz à custa de uma banalidade, de uma avaria de uma máquina, só porque tem alguém muito importante no Bloco de Esquerda a atentar explorar politicamente a avaria de uma caldeira. Está tudo dito quando isto chega a este ponto. Agradeço muito que a Rita Batista tenha ajudado muito a perceber que o que eu contei é mesmo verdade, só faltaram os nomes mas julgo que toda a gente já percebeu pelo menos que estamos muito perto dos nomes e são nomes muito importantes na arquitectura bloquista reinante e governadeira da nação.

Quanto às eleições distritais não sei do que fala porque eu não sou candidato a eleições distritais. Tem gracinha... é uma gracinha bestial mas olhe, eu não sou candidato a eleições distritais, assumi um compromisso com os cidadãos do Município de Aveiro de não exercer funções partidárias neste mandato que tenho em mãos. Honrarei com lealdade o compromisso que assumi com os concidadãos do Município de Aveiro.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

De seguida, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁴⁸ a primeira reunião da Sessão Ordinária Fevereiro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 04 de Março (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 27 de Fevereiro de 2016.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:00)